



# MONITORLEG

SBS Qd. 1 - Bloco K - Ed. Seguradoras Sala 403 - Brasília-DF

CEP: 70.093-900 - Tel.: (61) 3225 4268

[www.monitorleg.com.br](http://www.monitorleg.com.br)



## Siglas utilizadas para designar comissões do Congresso Nacional

1. **CMO** – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
2. **CM** – Comissão Mista do Congresso Nacional
3. **CPMI** – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

### Siglas utilizadas para designar comissões da Câmara dos Deputados

1. **CAPADR** – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
2. **CCJC** – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
3. **CCTCI** – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informação
4. **CCULT** – Comissão de Cultura
5. **CDC** – Comissão de Defesa do Consumidor
6. **CDEIC** – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
7. **CDHM** – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
8. **CDU** – Comissão de Desenvolvimento Urbano
9. **CE** – Comissão de Educação
10. **CESP** – Comissão Especial
11. **CESPO** – Comissão do Esporte
12. **CFFC** – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
13. **CFT** – Comissão de Finanças e Tributação
14. **CIDOSO** – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
15. **CINDRA** – Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Amazônia
16. **CLP** – Comissão de Legislação Participativa
17. **CMADS** – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
18. **CME** – Comissão de Minas e Energia
19. **CMULHER** – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
20. **CPD** – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
21. **CREDN** – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
22. **CSPCCO** – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
23. **CSSF** – Comissão de Seguridade Social e Família
24. **CTASP** – Comissão de Administração e Serviço Público
25. **CTur** – Comissão de Turismo
26. **CVT** – Comissão de Viação e Transportes
27. **SUBC** – Subcomissão
28. **GT** – Grupo de Trabalho
29. **CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

### Siglas utilizadas para designar comissões do Senado Federal

1. **CAE** – Comissão de Assuntos Econômicos
2. **CAS** – Comissão de Assuntos Sociais
3. **CCJ** – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
4. **CCT** – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
5. **CDH** – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
6. **CDR** – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
7. **CE** – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
8. **CESP** – Comissão Especial
9. **CI** – Comissão de Serviços de Infraestrutura
10. **CMA** – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
11. **CRA** – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
12. **CRE** – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
13. **CSF** – Comissão Senado do Futuro
14. **CTG** – Comissão de Transparência e Governanças Pública
15. **SUBC** – Subcomissão
16. **GT** – Grupo de Trabalho
17. **CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

## O relatório do Monitor Legislativo traz um quadro sintético com as informações mais relevantes da proposição, quais sejam:

- |   |                                    |   |
|---|------------------------------------|---|
| 1. Identificação da proposição (n.º / ano)  | 1. Tema (temática da proposição)   | 1. Despacho Atual (síntese de etapas da tramitação)   |
| 2. Autor  | 2. Subtema (subtema da proposição) | 2. Histórico de Tramitação (pareceres já deliberados) |
| 3. Categoria  | 3. Ementa (ementa da proposição)   | 3. Situação Atual (atual estágio de tramitação)       |
| a. Crítica: proposições com maior grau de relevância – prioridade 0                             | 4. Resumo (resumo da proposição)   | 4. Próximo Passo (próxima etapa de tramitação)        |
| b. Prioridade: proposições importantes – prioridade 1   |                                    |   |
| c. Monitorada: proposições apenas monitoradas – prioridade 2                                    |                                    |   |
| d. Extra: proposições inseridas pela assessoria através das prospecções semanais – prioridade 3 |                                    |   |

Proposição/Autor	Tema / Subtema / Ementa / Resumo / Posicionamento	Despacho Atual / Histórico / Situação Atual / Próximos Passos
<p><b>PLS 236/2012 - SENADO</b></p> <p>José Sarney (PMDB/AP)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px; margin-top: 10px;"> <p><b>Proposições Apensadas:</b></p> <p>PLC 178/2015 - SENADO</p> </div>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Reforma do Código Penal</p> <p><b>Ementa:</b> Reforma do Código Penal Brasileiro.</p> <p><b>Resumo:</b> Institui o Novo o Código Penal (CP) com as seguintes (principais) alterações: I - Maioridade Penal inalterada, ficando em 18 anos. II - Índios que cometem crimes agindo de acordo com crenças, costumes e tradições de seu povo, sendo atestados por exames antropológicos, podem ter isenção da pena ou abrandamento. Caso o índio seja condenado, o texto prevê que ele responda em regime semiaberto ou mais favorável, e próximo à terra onde vive. III - Pessoas Jurídicas de direito privado poderão ser responsabilizadas penalmente por atos praticados contra a administração pública, a ordem econômica, o sistema financeiro, bem como pelas condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. A responsabilidade da Pessoa Jurídica não exclui a das Pessoas Físicas que também tenham participado do delito. A absolvição da Pessoa Jurídica não implica na não responsabilização dos sócios e dirigentes. IV - Não foram alterados os regimes de progressão de pena. V - Ampliação do rol de crimes hediondo, com a inclusão de trabalho escravo, tortura, terrorismo, o financiamento ao tráfico de drogas, o racismo, o tráfico de pessoas e os crimes contra a humanidade. VI - O limite da pena se manteve em 30 anos. Contudo, caso o condenado venha a ser condenado por outro crime durante o cumprimento da anterior, o limite pode ser ampliado em até 10 anos, ou seja, nesse caso, o condenado poderá cumprir o tempo máximo de 40 anos. VII - Adoção do Instituto da Barganha, onde após o recebimento definitivo da denúncia ou queixa, o advogado e o defensor público, de um lado, e o ministério público, de outro, poderão fazer acordo para a aplicação imediata das penas antes da audiência de instrução e julgamento. Nesse caso, o acusado deverá assumir, por livre vontade, culpa total ou parcial quanto aos fatos imputados à ele, deve ser feito requerimento para que a pena mínima prevista para o delito seja aplicada e a renúncia das partes à qualquer produção de provas por elas indicadas. Em contrapartida, o acusado cumprirá a pena mínima para o delito a ser cumprida no regime semiaberto ou aberto. VIII - A delação premiada passa a valer para todos os delitos. IX - O aborto continua sendo crime, mas é ampliado os casos em que o aborto não será considerado um delito. Entre eles, a gestante pode interromper a gravidez até a décima segunda semana, quando for atestado (por médico ou psicólogo), que a mulher não tem condições psicológicas de ser mãe.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 13/05/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;"> <p>18/12/2013 - CESP / Sen. Pedro Taques (PSDB/MT) / <a href="#">Aprovação com substitutivo.</a></p> </div> <p><b>Situação Atual:</b> 07/02/2020 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Plenário</p>



**PL 7764/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Ana Rita  
(PT/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 4064/2008 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Lei de Execução Penal

**Ementa:** Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.

**Resumo:** O projeto, que é proveniente do Senado Federal, dispõe sobre a revista pessoal em estabelecimentos penais para manter o contato direto ou indireto com a pessoa presa. A revista deverá ser respeitosa, utilizando equipamentos eletrônicos, detectores de metal e afins. A revista manual deverá ser promovida por pessoa do mesmo sexo da pessoa revistada e de forma individual.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 03/07/2014 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

16/05/2017 - CSPCCO / Dep. João Campos (PRB/GO) / [Pela aprovação deste, e dos PLs nºs 1.352/1999, 4.684/2001, 5.289/2009, 1.698/2011, 4.064/2008, 1.510/2011, 5.254/2009 e 107/1999, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PLs nºs 308/1999, 7.300/2002, 7.085/2014, apensados.](#)

07/11/2014 - CDHM / Dep. Nilmário Miranda (PT/MG) / [parecer](#) favorável à proposição e contrário aos PLs apensados.

**Situação Atual:** 10/09/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. José Medeiros (PODE/MT) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e dos Projetos de Lei nºs 7.764/2014, 107/1999, 1.698/2011, 4.064/2008, 1.510/2011, 5.254/2009, 5.289/2009, 7.085/2014, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 308/1999, 1.352/1999, 4.684/2001 e 7.300/2002, apensados; e, no mérito, pela rejeição deste e dos Projetos de Lei nºs 107/1999, 1.698/2011, 1.510/2011, 5.289/2009, 7.085/2014, 308/1999, 1.352/1999, 4.684/2001 e 7.300, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.064/2008 e do Projeto de Lei nº 5.254/2009, apensados, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PL 7197/2002 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Ademir  
Andrade (PSB/PA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Ampliação dos períodos de internação

**Ementa:** Acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioridade penal.

**Resumo:** Altera o ECA para prever que, caso o infrator tenha completado a maioridade penal ou civil sem ainda ter se sujeitado a qualquer das medidas sócio-educativas, ele estará sujeito a: I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; O relator da matéria na comissão especial, deputado Carlos Sampaio (PSDB/SP), acrescentou dispositivo que amplia de três para oito anos o período de internação para adolescentes entre 16 e 18 anos que praticarem ato infracional equiparado a crime hediondo.

**Despacho Atual:** 27/05/2013 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

29/03/2013 - CSSF / Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG) / [Contrário à proposição.](#)

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

<b>Proposições Apensadas:</b>
PL 8124/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 1659/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3208/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3771/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5703/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3503/2012 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3844/2012 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7391/2010 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 544/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 387/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 922/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 1243/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 1570/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 12/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Próximos Passos:** Plenário



**Proposições Apensadas:**PL 1437/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**PL 791/2011 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Jovair Arantes (PTB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Educação / Validade de Diplomas de Pós-Graduação / Exercício profissional**Ementa:** Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.**Resumo:** Altera o inciso III do artigo 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir que os conselhos profissionais, constituídos na forma da lei, estabelecerão critérios adicionais para que os diplomas e certificados de cursos de pós-graduação tenham validade legal para o exercício profissional.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 25/04/2011 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 21/12/2018 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / A proferir**Próximos Passos:** Comissão de Educação**PL 4456/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Senado Federal - Renan  
Calheiros (PMDB/AL)**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Sistema de Justiça / Assistência Psicossocial**Ementa:** Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.**Resumo:** Permite a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para custear programas de assistência psicossocial para policiais e bombeiros militares. Segundo o projeto, os dependentes e cônjuges desses profissionais também poderão ser beneficiados.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 04/10/2012 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**13/05/2015 - CSPCCO / Dep. Capitão Augusto (PL/SP) / [Favorável à proposição, com substitutivo.](#)06/11/2013 - CSSF / Dep. Dr. Rosinha (PT/PR) / [Favorável à proposição e à Emenda, com substitutivo.](#)**Situação Atual:** 07/01/2019 - CFT / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / A proferir**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)**PL 513/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS****Tema:** Conselhos Profissionais / Exame de proficiência para o exercício do profissional**Despacho Atual:** 09/09/2013 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em

Fausto Pinato (PRB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6253/2013 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas

**Resumo:** Torna obrigatória a realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas, sendo a aprovação no exame como pré-requisito para o exercício da profissão.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 16/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

A complexidade da realização de processos avaliativos da educação superior não pode se restringir apenas à dimensão discente, pois desresponsabilizaria o governo e as próprias instituições de Ensino Superior (IES) de seu papel social na garantia da qualidade do ensino. Portanto, a avaliação não deve ser focada apenas nos concluintes dos cursos de formação, pois responsabilizaria apenas um dos atores envolvidos no processo, mas, ao contrário, deve abranger além dos estudantes, o MEC, as IES, a comunidade local e os docentes.

**Observação:** Cabe mencionar a importância da avaliação seriada ao longo do curso, com caráter processual, contextual e formativo, utilizando-se de instrumentos e métodos que analisem conhecimentos, habilidades, atitudes e cidadania dos estudantes.

Os problemas estruturantes relacionados

(constitucionalidade) - Regime de Trabalho - Exatidão - Proposição enviada a apuração em Comissões.

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 6253/2013.

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

à qualidade da formação não podem ser solucionados com a proposta pontual de realização de Exame de Proficiência. Além disso, o exame não garante a boa qualidade do ensino e não previne a entrada de maus profissionais no mercado de trabalho.

O Exame de Proficiência poderá trazer fragilidade aos processos de avaliação em curso no país e pode ter, como consequência mais efetiva, a proliferação de cursos preparatórios.

A Psicologia é ampla e possui vários campos de atuação, de maneira que seria inviável a realização de exame para uma área tão abrangente.

#### PL 70/1995 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

José Coimbra (PTB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

##### Proposições Apensadas:

PL 2976/2008 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 5255/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Registro civil

**Ementa:** Dispõe sobre intervenções cirúrgicas que visem à alteração de sexo e dá outras providências.

**Resumo:** Admite a mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo original, ou seja, operação transexual. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.

##### Último Posicionamento:

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 01/11/2012 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 28/06/2016 - PLEN / Pronta para a pauta / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 313/2007 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Maurício Trindade (PR/BA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 882/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 718/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Planejamento familiar

**Ementa:** Altera a Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

**Resumo:** Altera a Lei n.º 9.263, estabelece a oferta de pelo menos três métodos de contracepção reversíveis, um método irreversível para homem e um para mulher. Possibilita a esterilização voluntária a partir dos 23 anos.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/11/2008 - C E - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 28/06/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Diego Garcia (PODE/PR)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)



**PL 478/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Luiz Bassuma (PT/BA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**

PL 489/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1085/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 11105/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 11148/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 260/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 564/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 788/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Estatuto do Nascituro / Criminalização do aborto**Ementa:** Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.**Resumo:** Altera o Código Penal e a Lei de crimes hediondos e institui o Estatuto do Nascituro.**Último Posicionamento:****Data:** 16/01/2019**Posicionamento:** Contrário**Observação:****Despacho Atual:** 27/06/2017 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**05/06/2013 - CFT / Dep. Eduardo Cunha (PMDB/RJ) / [Pela adequação financeira da proposição e de seus apensados, bem como do Substitutivo da CSSF, com emenda.](#)19/05/2010 - CSSF / Dep. Solange Almeida (PMDB/RJ) / [Favorável à proposição e a seus apensados, com substitutivo.](#)**Situação Atual:** 28/11/2019 - CMULHER / Aguardando parecer / Dep. Emanuel Pinheiro Neto (PTB/MT) /**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**PL 580/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Clodovil Hernandes (PTC/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**

PL 4914/2009 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 3537/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 5167/2009 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Dispõe sobre o contrato civil de união homoafetiva**Ementa:** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.**Resumo:** Altera o Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva.**Último Posicionamento:****Data:** 16/01/2019**Posicionamento:** Favorável com ressalvas**Observação:** O CFP entende que não há de se criar novo instituto para abranger os LGBTs, e sim incluir esse grupo no instituto já criado, qual seja o casamento civil.**Despacho Atual:** 08/04/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)- Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 24/04/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. João Campos (PRB/GO) /**Próximos Passos:** Comissão de Direitos Humanos e Minorias**PL 4914/2009 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

José Genoíno (PT/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 580/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / União estável entre homem e mulher**Ementa:** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.**Resumo:** Aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento.**Último Posicionamento:****Data:** 17/01/2019**Posicionamento:** Favorável com ressalvas**Observação:****Despacho Atual:** 08/04/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)- Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 580/2007.**Próximos Passos:** Comissão de Direitos Humanos e Minorias

**PL 5069/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Eduardo Cunha (PMDB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Criminalização do aborto

**Ementa:** Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

**Resumo:** Acrescenta o art. 127-A ao Código Penal, para tipificar como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo, para tanto, estabelece pena de 5 a 10 anos de prisão se o agente é funcionário da saúde pública, ou exerce a profissão de médico, farmacêutico ou enfermeiro.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/04/2013 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

21/10/2015 - CCJC / Dep. Evandro Gussi (PV/SP) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo](#)

**Situação Atual:** 24/12/2015 - PLEN / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PEC 171/1993 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

BENEDITO DOMINGOS  
(PP/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Maioridade Penal

**Ementa:** Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos).

**Resumo:** Reduz a maioria penal para 16 anos.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 16/01/2019  
**Posicionamento:** Contrário  
**Observação:**

**Despacho Atual:** 30/10/1997 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

19/08/2015 - PLEN / Dep. Laerte Bessa (PR/DF) / [Emenda Aglutinativa 16](#). Sim: 37; não:419; total: 456.

01/07/2015 - PLEN / Dep. Laerte Bessa (PR/DF) / [Emenda Aglutinativa 16](#). Sim: 323; não: 155; abstenção: 2; total: 480.

18/06/2015 - CESP / Dep. Laerte Bessa (PR/DF) / [Favorável à proposição, com substitutivo](#).

31/03/2015 - CCJC / Dep. Marcos Rogério (DEM/RO) / [Pela admissibilidade da proposta e das PECs apensadas, à exceção da PEC 349/2013](#).

**Situação Atual:** 21/08/2015 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 882/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Jean Wyllys (PSOL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 313/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Administração Pública / Políticas públicas no âmbito da saúde sexual**Ementa:** Estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências.**Resumo:****Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 24/11/2008 - C E - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 313/2007.**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)**PL 7633/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Jean Wyllys (PSOL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 6567/2013 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Saúde / Parto humanizado**Ementa:** Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.**Resumo:** Trata sobre procedimentos dolorosos realizados pelos profissionais de saúde antes, durante e após o parto, sem consentimento da gestante e/ou sem a prestação das devidas informações**Último Posicionamento:****Data:** 16/01/2019**Posicionamento:** Favorável**Observação:****Despacho Atual:** 30/06/2017 - CE - Comissão de Educação , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 26/03/2019 - CE / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Lincoln Portela (PL/MG) / Proposição apensada ao PL 6567/2013.**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

**PL 1015/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Dr. Jorge Silva (PROS/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Piso salarial / Psicólogos

**Ementa:** Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.

**Resumo:** Altera a Lei nº 4.119, para fixar em R\$ 3.600,00 o piso salarial da profissão de psicólogo a ser reajustado no mês da publicação desta lei, pela variação acumulada do INPC e IBGE e anualmente a partir do ano subsequente ao do reajuste já mencionado.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 11/05/2015 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

21/10/2015 - CTASP / Dep. Flávia Morais (PDT/GO) / [Favorável à proposição](#). Votou contra o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG).

**Situação Atual:** 27/11/2019 - CFT / Aguardando parecer / Dep. Sidney Leite (PSD/AM) /

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 702/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Célio Silveira (PSDB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Avaliação Psicológica / Gestantes

**Ementa:** Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.

**Resumo:** Estabelece, entre outras coisas, que "toda gestante, durante a realização do pré-natal, deverá ser submetida à avaliação psicológica com o intuito de se detectar a propensão ao desenvolvimento de depressão pós-parto, considerando-se os fatores de risco".

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 20/03/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

17/10/2018 - CCJC / Dep. Lincoln Portela (PL/MG) / [Aprovada a Redação Final](#).

06/06/2018 - CCJC / Dep. Lincoln Portela (PL/MG) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família](#).

03/05/2017 - CSSF / Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS) / [Pela aprovação](#)

**Situação Atual:** 24/10/2018 - MESA - CD / Situação não informada / Relator não informado / Remessa dos Autógrafos ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.116/18/SGM-P.

**Próximos Passos:** Senado Federal

## PL 818/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

Major Olimpio (PDT/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

### Proposições Apensadas:

PL 9419/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4725/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Obrigatoriedade de psicólogos em hospitais

**Ementa:** Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.

**Resumo:** Toma obrigatória a presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares.

### Último Posicionamento:

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 27/03/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 02/12/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Dr. Luiz Ovando (PSL/MS) /

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)

## PL 604/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

Manoel Junior (PMDB/PB)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

### Proposições Apensadas:

PL 7120/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 8858/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 9451/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Prevenção de violência contra professores

**Ementa:** Dispõe sobre a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado e dá outras providências.

**Resumo:** Institui a Política de Prevenção à Violência contra os Profissionais do Magistério Público e Privado.

### Último Posicionamento:

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/04/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CE - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

### Histórico de Tramitação:

14/08/2019 - CFT / Dep. Hildo Rocha (MDB/MA) / [Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 604/2011, dos PL's 732/2011, 1225/2011, 3273/2012, 1/2015, 1196/2015, 2777/2015, 3029/2015, 3035/2015, 3036/2015, 3666/2015, 8380/2017, 8801/2017, 257/2019, 3189/2012, 1125/2019, 7120/2017, 8858/2017, 9451/2017, 10842/2018, 10852/2018, 11108/2018, 11220/2018, 917/2019, 2246/2019, 3002/2019, 2229/2019, 2410/2019, e 3858/2019, apensados, do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e do Substitutivo da Comissão de Educação.](#)

**Proposições Apensadas:**

PL 1/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 10842/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 11108/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 11220/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 257/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 917/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 1125/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 3002/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

12/12/2013 - CE / Dep. Hugo Napoleão (PSD/PI) / [Favorável à proposição e seus apensados, com substitutivo.](#)

28/08/2013 - CSPCCO / Dep. Otavio Leite (PSDB/RJ) / [Favorável à proposição e a seus apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 16/08/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. João H. Campos (PSB/PE) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário



**PL 1545/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Carlos Henrique Gaguim  
(PMDB/TO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Responsabilidade / Presença de psicologo na escola

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que os estabelecimentos de ensino notifiquem pai, mãe ou responsáveis legais acerca das faltas injustificadas dos educandos e sobre a obrigatoriedade de presença de psicólogos nas escolas públicas de educação básica.

**Resumo:** Dispõe sobre a obrigação de que os estabelecimentos de ensino notifiquem pai, mãe ou responsáveis legais acerca das faltas injustificadas dos educandos e sobre a obrigatoriedade de presença de psicólogos nas escolas públicas de educação básica.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 22/05/2015 - CE - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

31/10/2018 - CFT / Dep. João Paulo Kleinubing (DEM/SC) / [Pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do PL nº 1545/2015, e do PL nº 1695/2015, apensado, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação.](#)

15/05/2016 - CE / Dep. Lobbe Neto (PSDB/SP) / [Favorável à proposição e ao PL 1695/2015, apensado, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 17/09/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Maria do Rosário (PT/RS) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Projeto de Lei nº 1.695/2015, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Educação.](#)

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PDC 17/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Pr. Marco Feliciano (PSC/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Gênero / Orientação sexual / Identidade de gênero / Nome social

**Ementa:** Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.

**Resumo:** Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:**

**Despacho Atual:** 20/03/2015 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 26/03/2015 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**Proposições Apensadas:**

PDC 61/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PDC 18/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**PL 4533/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Arthur Virgílio  
(PSDB/AM)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 2741/2008 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5238/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1711/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Universidades / Docentes / Tempo integral

**Ementa:** Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para exigir, nas Universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral.

**Resumo:** Exige nas Universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regime de trabalho em tempo integral.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/10/2012 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

25/10/2012 - CESP / Dep. A Designar / Parecer não informado

**Situação Atual:** Data não informada - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 6583/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Anderson Ferreira (PR/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Microlegislações / Estatuto da Família

**Ementa:** Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.

**Resumo:** Dispõe sobre o Estatuto da Família.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/10/2013 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CE - Comissão de Educação , CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

08/10/2015 - CESP / Dep. Diego Garcia (PODE/PR) / [Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, deste e da Emenda ao projeto 1/2014; pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 6584/2013, apensado; e pela inconstitucionalidade, injuridicidade e, no mérito, pela rejeição da Emenda ao Substitutivo 1/2015.](#)

**Situação Atual:** Data não informada - MESA - CD / Aguardando deliberação de recurso / Relator não informado /

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 6022/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Poder Executivo

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 6061/2013 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2916/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual

**Ementa:** Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

**Resumo:** Altera a Lei nº 12.845, para assegurar atendimento adequado para as pessoas vítimas de violência sexual no sistema de saúde.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 21/08/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 06/11/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Jorge Solla (PT/BA) / [Pela aprovação deste, e dos PLs 8.931/2017, 2.398/2019, 2.916/2019, e 1.590/2019, apensados, com substitutivo, e pela rejeição dos PLs 6.033/2013, 6.061/2013, e 6.055/2013, apensados e das Emendas 1, 2 e 3.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)



**PL 7180/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Erivelton Santana (PSC/BA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 867/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 502/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 258/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1189/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5039/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Escola sem Partido

**Ementa:** Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**Resumo:** Altera a Lei nº 9.394, para inserir o respeito às convicções do aluno (sobre educação moral, sexual e religiosa) como princípio educacional.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:**

**Despacho Atual:** 04/05/2016 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 19/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado /

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PL 7419/2006 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Luiz Pontes  
(PSDB/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

**Tema:** Saúde / Saúde suplementar / Lei geral dos planos de saúde

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

**Resumo:** Altera a lei 9.656, para dispor sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar. Proposição com origem no Senado Federal, onde tramita sob a forma de PLS 14/2000.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/08/2019 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

26/06/2007 - CSSF / Dep. Dr. Nechar (PV/SP) / [Pela rejeição deste, do PL 7340/2006, e do PL 6125/2005, apensados.](#)

**Situação Atual:** 06/08/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado /

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**Proposições Apensadas:**PL 176/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 5912/2013 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 1220/2007 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4076/2001 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3473/2008 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4043/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4097/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4113/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4294/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4404/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4729/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4787/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 5113/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 5126/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Proposições Apensadas:**

PL 1992/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4477/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5622/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5779/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6033/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2504/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8942/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 9537/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10113/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 7267/2002 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10700/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10960/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 11086/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 770/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**Proposições Apensadas:**PL 1073/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 2160/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 2320/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 2379/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 2485/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 2611/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3037/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3014/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3104/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3196/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3275/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3918/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3935/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 1705/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Proposições Apensadas:**PL 4410/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4460/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4608/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 5332/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 6142/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4941/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 5881/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**PL 1220/2007 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Jovair Arantes (PTB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 7419/2006 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Tema:** Saúde / Elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais**Ementa:** Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.**Resumo:** Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 24/08/2016 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 20/11/2018 - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Apensado ao PL 7419/2006**Próximos Passos:** Plenário

**PL 2659/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Wadson Ribeiro (PCdoB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Abatimento de financiamento estudantil com prestação de serviço no SUS

**Ementa:** Altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, para ampliar a possibilidade de abatimento de saldo devedor, mediante prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, para egressos de cursos superiores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional.

**Resumo:** Amplia a possibilidade de abatimento de saldo devedor, mediante prestação de serviço no Sistema Único de Saúde, para egressos de cursos superiores de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 21/08/2015 - CE - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 19/06/2019 - CE / Pronta para a pauta / Dep. Moses Rodrigues (MDB/CE) / [Pela aprovação deste, e do PL 11221/2018, apensado, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)

**PDC 16/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Pr. Marco Feliciano (PSC/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Gênero / Reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização

**Ementa:** Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

**Resumo:** Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:**

**Despacho Atual:** 19/03/2015 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 19/02/2019 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**Proposições Apensadas:**

PDC 30/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PDC 26/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**PL 8330/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Humberto  
Costa (PT/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Mulher vítima de violência doméstica

**Ementa:** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".

**Resumo:** Altera a Lei Maria da Penha, para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei Orgânica da Assistência Social, para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 18/10/2016 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

04/10/2017 - CMULHER / Dep. Maria do Rosário (PT/RS) / [Pela aprovação.](#)

02/09/2015 - CSSF / Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 19/11/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Margarete Coelho (PP/PI) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.](#)

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PL 349/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Rosângela Gomes (PRB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Político e Eleitoral / Combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher

**Ementa:** Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.

**Resumo:** Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/06/2016 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

08/11/2016 - CMULHER / Dep. Raquel Muniz (PSD/MG) / [Pela aprovação, com emenda.](#)

**Situação Atual:** 23/01/2020 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Luiz Philippe De Orleans E Bragança (PSL/SP) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário



**PLP 40/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Brunny (PTC/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PLP 367/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Jurídico - Político e Eleitoral / Inelegibilidade por crimes contra a mulher e para crimes hediondos  
**Ementa:** Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.**Resumo:** Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, para tornar inelegíveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 03/05/2017 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 13/12/2018 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PLP 367/2017.**Próximos Passos:** Plenário**PL 8032/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Jandira Feghali (PCdoB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Lei Maria da Penha / Proteção as pessoas transexuais e transgêneros.**Ementa:** Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.**Resumo:** Altera a Lei Maria da Penha, para assegurar proteção às pessoas transexuais e transgêneros.**Último Posicionamento:**

Data: 17/01/2019

Posicionamento: Favorável

Observação:

**Despacho Atual:** 04/11/2014 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 12/11/2019 - CDHM / Aguardando parecer / Dep. Márcio Jerry (PCdoB/MA) /**Próximos Passos:** Comissão de Seguridade Social e Família**PEC 115/2015 - SENADO**

BENEDITO DOMINGOS

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Imputabilidade de menores de idade**Ementa:** Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.**Resumo:** Estabelece que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezesseis anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.**Último Posicionamento:**

Data: 17/01/2019

Posicionamento: Contrário

Observação:

**Despacho Atual:** 05/11/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 03/12/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Plenário

**PL 6622/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Carlos Sampaio (PSDB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 7490/2014 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Violência psicológica contra a mulher

**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.

**Resumo:** Altera o Código Penal, para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e tipifica a violência psicológica contra a mulher; por outro lado, altera a lei de Crimes Hediondos, para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 31/08/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 19/11/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Leandre (PV/PR) /

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

**PL 2976/2008 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Cida Diogo (PT/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 70/1995 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Gênero / Orientação de gênero

**Ementa:** Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social

**Resumo:** Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/11/2012 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** Data não informada - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 70/1995.

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)



**PL 2665/2007 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Rodvalho (DEM/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6418/2005 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

**Resumo:** Estabelece que a prática de discriminação ou preconceito envolve qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica, inclusive nos atos discriminatórios quanto ao sexo das pessoas.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 26/04/2006 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 07/05/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 6418/2005

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PL 81/2007 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Fátima Bezerra (PT/RN)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Datas comemorativas e Homenagens / Dia Nacional de Combate à Homofobia

**Ementa:** Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.

**Resumo:** Este Projeto de Lei tem por objetivo a promoção do direito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Com a instituição do DIA NACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA espera-se o incentivo de ações que proporcionem a discussão sobre o direito à livre orientação sexual e identidade de gênero, bem como a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 16/02/2007 - CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

09/10/2007 - CCJC / Dep. Paulo Teixeira (PT/SP) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.](#)

11/04/2007 - CE / Dep. Ângela Amin (PP/SC) / [Pela aprovação](#)

**Situação Atual:** 31/10/2007 - MESA - CD / Aguardando deliberação de recurso / Relator não informado / Foi apresentado um recurso n.º 127/2007, solicitando a apreciação do projeto pelo Plenário da Casa.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PEC 29/2015 - SENADO****Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Direito à vida / Aborto

Magno Malta (PR/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Ementa:** Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.**Resumo:** Altera o art. 5º da Constituição, para explicitar que o direito à vida é inviolável desde a concepção.**Último Posicionamento:****Data:** 17/01/2019**Posicionamento:** Contrário**Observação:****Despacho Atual:** 18/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 04/05/2020 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Plenário**PLS 75/2012 - SENADO****Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Lei de Execução Penal / Assistência à saúde para mulheres detentasMaria do Carmo Alves  
(DEM/SE)**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Ementa:** Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.**Resumo:** Estabelece a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como veda a utilização de algemas em mulheres em trabalho de parto.**Último Posicionamento:****Data:** 17/01/2019**Posicionamento:** Favorável**Observação:****Despacho Atual:** 29/03/2012 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**08/06/2016 - CCJ / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / [Favorável à proposição, com substitutivo.](#)11/12/2012 - CDH / Sen. Paulo Davim (PV/RN) / [Favorável com substitutivo.](#)**Situação Atual:** 22/06/2016 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PLS 664/2015 - SENADO****Tema:** Criança e Adolescente / Crime de induzimento

Ciro Nogueira (PP/PI)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Inclui o art. 244-C na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.**Resumo:** Tipifica o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/10/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**24/02/2016 - CDH / Sen. Ana Amélia (PP/RS) / [Favorável](#) ao Projeto, com a Emenda**Situação Atual:** 19/06/2016 - CCJ / Pronta para a pauta / Sen. Ana Amélia (PP/RS) / [Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 1-CDH.](#)**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 3212/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS****Tema:** Criança e Adolescente / Abandono efetivoSenado Federal - Marcelo  
Crivella (PRB/RJ)**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.**Resumo:** Caracteriza o abandono afetivo como ilícito civil. Proposição oriunda do Senado Federal, que lá tramita sob a forma de PLS 700/2007.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 15/10/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**23/08/2016 - CSSF / Dep. Alan Rick (DEM/AC) / Pela [aprovação](#)**Situação Atual:** 09/12/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Caroline De Toni (PSL/SC) /  
Pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.212, de 2015 e do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família no mérito, bem como pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e prejudicada a técnica legislativa de ambos.**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PL 8085/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Ana Amélia  
(PP/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 1745/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 584/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4392/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8797/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8753/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5913/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Trânsito / Formação de condutores

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.

**Resumo:** Institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:** Proposição acompanhada pelo conselheiro Fabian Rueda

**Despacho Atual:** 05/01/2016 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 15/10/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial



**PL 3340/2000 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Renato Silva (PSDB/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Profissionais Liberais / Criação de novos cursos superiores

**Ementa:** Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.

**Resumo:** Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/05/2010 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CE - Comissão de Educação , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

07/04/2010 - CE / Dep. Gastão Vieira (PROS/MA) / [Contrário à proposição e seus apensados.](#)

07/12/2004 - CSSF / Dep. Darcísio Perondi (MDB/RS) / [Favorável à proposição e ao PL 5263/2001, apensado, na forma do Substitutivo da CTASP.](#)

**Situação Atual:** 19/03/2019 - CCJC / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Fábio Trad (PSD/MS) / [Pela inconstitucionalidade deste, dos PLs 5263/2001, 839/2003 e 1823/2003, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.](#)

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 4076/2001 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Henrique Fontana (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7419/2006 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Planos e seguros privados de assistência à saúde

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor.

**Resumo:** Inclui a cobertura de consultas, exames e demais procedimentos ambulatoriais de caráter preventivo.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 24/08/2016 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 20/11/2018 - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição foi apensada ao PL 7419/2006.

**Próximos Passos:** Plenário



**PL 65/2003 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Arlindo Chinaglia (PT/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Educação / Criação de novos cursos de medicina**Ementa:** Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.**Resumo:** Proíbe a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 11/03/2003 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**

19/12/2007 - CCJC / Dep. Colbert Martins (PMDB/BA) / [Pela constitucionalidade da proposição, com substitutivo e pela constitucionalidade do Substitutivo da CSSF, e de seus apensados, com emendas.](#)

28/11/2007 - CE / Dep. Átila Lira (PSB/PI) / [Favorável à proposição e seus apensados, com substitutivo.](#)

05/05/2004 - CSSF / Dep. Ângela Guadagnin (PT/SP) / [Favorável à proposição, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 07/02/2008 - PLEN / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Senado Federal**PL 4247/2008 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Senado Federal - Tião Viana (PT/AC)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Saúde / Consolidação da legislação sanitária federal**Ementa:** Consolida a legislação sanitária federal.**Resumo:** Projeto de lei de consolidação apresentado nos termos da Lei Complementar nº 95 de 1998.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 23/03/2012 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**

19/06/2012 - CCJC / Dep. Márcio Macedo (PT/SE) / [Pela constitucionalidade da Emenda Substitutiva Global de Plenário.](#)

**Situação Atual:** 29/04/2014 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Pronta para a pauta no Plenário da Câmara dos Deputados**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 2598/2007 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Geraldo Resende (PMDB/MS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 3265/2008 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1390/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2864/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4863/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6407/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Serviço civil obrigatório / Estudantes de instituições públicas

**EMENTA:** Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.

**RESUMO:** Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/09/2009 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , C E - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

16/09/2015 - C E / Dep. Zeca Dirceu (PT/PR) / [Parecer](#) favorável com substitutivo e subemendas modificativas nº 1 e 2.

11/09/2013 - CSSF / Dep. Danilo Forte (PSDB/CE) / [Parecer](#) favorável com substitutivo.

**Situação Atual:** 11/12/2019 - CFT / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)  
Relator: a designar

**Próximos Passos:** Plenário

**PEC 181/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PEC 58/2011 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Relações de Trabalho / Licença-maternidade em caso de parto prematuro

**Ementa:** Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

**Resumo:** Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro. Proposição oriunda do Senado Federal, onde tramita sob a forma de PEC 99/2015.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:** O substitutivo do relator da Comissão Especial, o dep. Jorge Tadeu Mudalen muda a redação do art. 2º, inciso III para: "dignidade da pessoa humana, desde a concepção". Isso proíbe a realização de aborto legal previsto no Código Penal.

**Despacho Atual:** 04/01/2016 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

08/11/2017 - CESP / Dep. Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP) / [Pela aprovação desta, e da PEC 58/2011, apensada, com substitutivo.](#)

17/05/2017 - CCJC / Dep. Gorete Pereira (PR/CE) / [Pela admissibilidade.](#)

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PL 6126/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Poder Executivo

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Profissionais Liberais / Atividade privativa dos médicos o diagnóstico nosológico

**Ementa:** Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.

**Resumo:** Assegura "o diagnóstico nosológico, respectiva prescrição terapêutica e realização de procedimentos invasivos como atos privativos do profissional médico".

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/08/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 16/04/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Hiran Gonçalves (PP/RR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 252/2003 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Senado Federal - Jorge  
Bornhausen (PFL/SC)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Administração Pública / Normas gerais relativas a concursos públicos

**Ementa:** Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.

**Resumo:** Regulamenta os concursos públicos.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/04/2010 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

24/04/2013 - CTASP / Dep. Policarpo (PT/DF) / [Favorável à proposição e a seus apensados, com substitutivo.](#)

**Proposições Apensadas:**

PL 1704/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4115/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6004/2013 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10204/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10459/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1418/2011 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2150/2011 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 842/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 939/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5257/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Situação Atual:** 04/02/2020 - CCJC / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Luiz Flávio Gomes (PSB/SP) /

Pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa do Projeto de Lei 252/2003, de todos os seus apensados e do substitutivo aprovado pela CTASP.

**Próximos Passos:** Plenário



**PL 6567/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Gim Argello  
(PTB/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 7633/2014 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 3569/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4126/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4996/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8219/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 878/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2693/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Parto humanizado

**Ementa:** Altera o art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Resumo:** Inclui a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 30/06/2017 - CE - Comissão de Educação , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 04/09/2019 - CE / Aguardando parecer / Dep. Diego Garcia (PODE/PR) /

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



**PL 6757/2010 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Inácio Arruda  
(PCdoB/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 4150/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6764/2013 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10632/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 11212/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 625/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2808/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Relações de Trabalho / Coação moral

**Ementa:** Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre coação moral.

**Resumo:** Dispõe sobre coação moral.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/11/2015 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 29/10/2019 - CTASP / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Lucas Vergílio (SOLIDARIEDADE/GO) /

[Pela aprovação deste, das Emendas nºs 1/07, 2/07, 1/10, 2/10 e 3/10, apresentadas na Comissão, e dos Projetos de Lei nºs 2.369/03, 7.146/10 e 6.764/13, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 2.593/03, 4.593/09, 6.625/09, 10.632/18, 3.760/12, 11.212/18, 3.429/15, 4.150/15, 625/19, e 2.808/19, apensados.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Seguridade Social e Família

**PL 7420/2006 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Professora Raquel Teixeira  
(PSDB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 7424/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1680/2007 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1296/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1697/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Responsabilidade dos gestores / Responsabilidade educacional

**Ementa:** Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção.

**Resumo:** Estabelece a responsabilidade dos gestores públicos e educacional, com procedimentos de promoção e de penalidade.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/07/2011 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

28/06/2017 - CESP / Dep. Bacelar (PODE/BA) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 247/2007, do PL 1680/2007, do PL 4886/2009, do PL 413/2011, do PL 2417/2011, do PL 6137/2013, do PL 2971/2015, do PL 600/2007, do PL 1256/2007, do PL 8039/2010, do PL 450/2011, do PL 5647/2013, do PL 8042/2010, do PL 7424/2017, do PL 4901/2016, do PL 5519/2013, do PL 51/2015, do PL 89/2015, do PL 6555/2016, e do PL 925/2015, apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 09/05/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 3980/2000 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Geraldo  
Candido (PT/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Discriminação de trabalhadores / seleção de pessoal / boa aparência

**Ementa:** Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.

**Resumo:** Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 09/03/2001 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

27/11/2008 - CCJC / Dep. Maurício Quintella Lessa (PR/AL) / Pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo da CTASP, [com substitutivo](#).

**Situação Atual:** 27/06/2016 - PLEN / Pronta para a pauta / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 8045/2010 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - José Sarney  
(PMDB/AP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Novo Código de Processo Penal / NCPP

**Ementa:** Código de Processo Penal.

**Resumo:** Institui o novo Código de Processo Penal. A proposição é oriunda do Senado Federal, onde tramita sob a forma de PLS 156/2009.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 05/01/2011 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 31/10/2019 - CESP / Pronta para a pauta / Dep. João Campos (PRB/GO) /

Parecer do Relator-Parcial, Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS), [pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com as emendas de relator-parcial apresentadas; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 90/2016, 116/2016, 154/2016, 194/2016, e 215/2016; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 92/2016 e 93/2016, com as subemendas apresentadas; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas 24/2016 e 47/2019; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos PLs 5928/2009, 5933/2009, 6054/2009, 6212/2009, 6943/2010, 7283/2010 e 5375/2016, com as emendas de relator-parcial apresentadas; pela constitucionalidade,](#)

**Proposições Apensadas:**

PL 470/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 783/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2075/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2073/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2680/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Proposições Apensadas:**PL 2685/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 2803/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3005/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3271/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3204/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3481/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3480/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3479/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3478/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3526/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3621/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3633/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 3698/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 4002/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

[juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 7987/2010, 4151/2012 e 4460/2016; pela constitucionalidade, injuridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 3054/2011; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 4714/2004, 2726/2011, 348/2015, 4838/2016 e 11237/2018; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 10222/2018 e 836/2019.](#)

[Parecer da Relatora-Parcial, Dep. Margarete Coelho \(PP/PI\), pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com a emenda de Relatora-Parcial apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda 48/2019; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda 20/2019; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos Projetos de Lei 4524/2019 e 9174/2017.](#)

[Parecer do Relator-Parcial, Dep. Luiz Flávio Gomes \(PSB/SP\), pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com as emendas de relator-parcial apresentadas; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 11/2016, 47/2016, 114/2016, 149/2016 e 201/2016, com a](#)

Proposições Apensadas:
PL 3996/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3992/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4197/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5305/2005 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3914/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4261/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4262/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 3922/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4265/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4381/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4599/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4649/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 4838/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5348/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

emenda de relator-geral apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas 2/2016, 14/2016, 18/2016, 25/2016, 26/2016, 27/2016, 28/2016, 75/2016, 76/2016, 77/2016, 91/2016, 113/2016, 35/2019, 36/2019, 42/2019, 47/2019, 85/2019, 86/2019, 87/2019, 88/2019, 89/2019, 90/2019, 91/2019, 92/2019, 93/2019 e 94/2019; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos PLs 52/2015 e 3477/2015, na forma da emenda de relator-parcial apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 4151/2004, 2064/2007, 7357/2010, 7987/2010, 331/2011, 2902/2011, 5635/2013, 6673/2013, 1033/2015, 1484/2015, 2379/2015, 2964/2015, 3476/2015, 3478/2015, 3480/2015, 3481/2015, 3634/2015, 3684/2015, 3922/2015, 3923/2015, 3992/2015, 3996/2015, 4261/2016, 4262/2016, 6961/2017, 7032/2017, 7386/2017, 7500/2017, 8354/2017, 9143/2017, 9239/2017, 9562/2018, 103/2019, 404/2019, 2199/2019, 2345/2019, 3144/2019, 4297/2019 e 4553/2019; pela inconstitucionalidade dos PLs 4911/2005, 5843/2005, 7053/2006, 2500/2011, 4774/2016, 5303/2016, 5361/2016, 5832/2016, 9280/2017, 9914/2018 e 262/2019.

Parecer do Relator-Parcial, Dep. Nelson Pellegrino (PT/BA), pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com as emendas de Relator-Parcial apresentadas; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 35/2016, 54/2016, 161/2016, 209/2016 e 223/2016; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas

Proposições Apensadas:
PL 5375/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5361/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5578/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5832/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 6481/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 6961/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7074/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7028/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7032/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7386/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7517/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7516/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7515/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 7513/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

[21/2016, 70/2016, 4/2019, 5/2019, 12/2019, 28/2019, 41/2019 e 85/2019; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas 36/2016, 55/2016 e 56/2016; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 358/1999, 3267/2012, 7718/2014, 3916/2015, 4002/2015, 4265/2016, 4900/2016, 5769/2016, 8547/2017, 105/2019 e 836/2019; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 998/2011, 5481/2013, 6072/2013 e 6760/2016.](#)

Parecer do Relator-Parcial, Dep. Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM), [pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com as emendas de Relator-Parcial apresentadas; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 60/2016, 63/2016, 64/2016, 65/2016 e 20/2019; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 58/2016 e 59/2016, com a emenda de Relator-Parcial apresentada; pela inconstitucionalidade, injuridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas 48/2016 e 49/2016, 50/2016 51/2016, 9/2019 e 42/2019; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos PLs 2887/2015, 3005/2015 e 5578/2016, com a emenda de Relator-Parcial apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 7239/2002, 6196/2009, 6207/2009, 611/2015, 2685/2015, 4649/2016, 6080/16, 6119/2016, 6197/2016, 3265/2019, 931/2019, 771/2019, 9826/2018, 8359/2017, 7518/2017, 3955/2019, 5382/2019 e 5333/2019.](#)

Parecer do Relator-Parcial, Dep. Santini (PTB/RS), [pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com a emenda de Relator-Parcial apresentada; pela](#)

Proposições Apensadas:
PL 7512/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 8359/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 8358/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 2726/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 9015/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 9549/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 9774/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 10907/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 11237/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 262/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 931/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 808/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 838/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 1172/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

[constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas 83/2016, 84/2016, 85/2016, 86/2016, 87/2016.](#)

Parecer do Relator-Parcial, Dep. Hugo Leal (PSD/RJ), [pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com a emenda de relator-parcial apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 10/2016, 12/2016, 13/2016, 34/2016, 37/2016, 38/2016, 39/2016, 41/2016, 42/2016, 44/2016, 45/2016, 115/2016, 117/2016, 118/2016, 119/2016, 120/2016, 121/2016, 122/2016, 123/2016, 124/2016, 126/2016, 127/2016, 146/2016, 147/2016, 148/2016, 152/2016, 153/2016, 155/2016, 157/2016, 158/2016, 159/2016, 160/2016, 187/2016, 188/2016, 189/2016, 190/2016, 191/2016, 192/2016, 195/2016, 196/2016, 197/2016, 199/2016, 202/2016, 210/2016, 211/2016, 212/2016, 216/2016, 218/2016, 221/2016, 222/2016, 7/2019, 15/2019, 16/2019, 17/2019, 24/2019, 25/2019, 32/2019, 43/2019, 44/2019, 45/2019, 48/2019, 52/2019, 53/2019, 54/2019, 67/2019, 68/2019, 69/2019, 70/2019 e 71/2019, com a emenda de relator-parcial apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição da Emenda 85/2019; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei 6.562/2002, 5.329/2005, 6.672/2013, 7.213/2014, 7.479/2014, 8.034/2014, 1.654/2015, 2.762/2015, 3.204/2015, 3.211/2015, 3.271/2015, 3.916/2015, 4.599/2016, 5.170/2016, 5.906/2016, 6.131/2016, 7.515/2017, 7.517/2017, 9.312/2017, 9.549/2018, 9.678/2018, 9.685/2018.](#)

Proposições Apensadas:
PL 5382/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5476/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5668/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5906/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5973/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5932/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5968/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 5965/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 6026/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 6061/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
PL 6312/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

[744/2019, 1.081/2019, 1.638/2019 e 2.307/2019, com a emenda de relator-parcial apresentada; pela constitucionalidade, injuridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do Projeto de Lei 3.634/2015.](#)

Parecer do Relator-Parcial, Dep. Paulo Teixeira (PT/SP), [pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da parte do Projeto de Lei 8045/2010 cuja relatoria lhe foi atribuída, com a emenda de Relator-Parcial apresentada; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas 52/2016, 57/2016 e 1/2019; pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos PLs 7987/2010 e 7006/2006, com a emenda de Relator-Parcial apresentada; constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição dos PLs 3704/2015 e 8437/2017.](#)

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 3722/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

**Tema:** Segurança / Reforma do Estatuto do Desarmamento / Porte de Arma

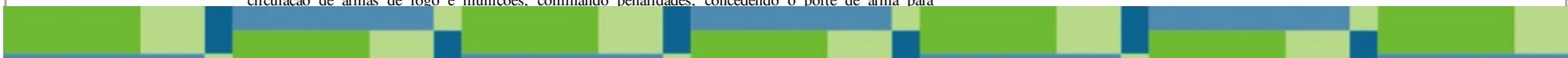
**Ementa:** Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.

**Resumo:** Reforma o estatuto do desarmamento, para disciplinar as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades, concedendo o porte de arma para

**Despacho Atual:** 18/11/2015 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

Rogério Peninha Mendonça



(PMDB/SC)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

diversas categorias de agentes públicos.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

29/10/2015 - CESP / Dep. Laudívio Carvalho (PODE/MG) / Pela aprovação, [com substitutivo](#).

**Situação Atual:** 20/02/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado /

**Próximos Passos:** Senado Federal

**Proposições Apensadas:**

PL 633/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1401/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2367/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1257/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1263/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 3202/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 3427/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 3601/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4971/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6070/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 7986/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8190/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**Proposições Apensadas:**

PL 8287/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2349/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8509/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 9266/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 9294/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8929/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 9770/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 9764/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1095/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10607/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10693/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10913/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10922/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 11067/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**Proposições Apensadas:**

PL 343/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 532/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 924/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 732/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1336/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2221/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2242/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2476/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2459/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2678/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 3928/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4057/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4842/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5088/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**Proposições Apensadas:**PL 5914/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6373/2019 - CÂMARA

**PL 3941/2004 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Nelson Bornier (PMDB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**PL 9433/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Tema:** Segurança / Destinação de armas apreendidas**Ementa:** Altera disposições da Lei nº 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento).**Resumo:** Altera a Lei nº 10.826, para destinar as armas e munições apreendidas ou encontradas aos órgãos estaduais de Segurança Pública para os órgãos de segurança.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/02/2018 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSPCCO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 9433/2017.**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)**PL 5065/2016 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Delegado Edson Moreira  
(PR/MG)**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**PL 9858/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOSPL 9604/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crime de terrorismo por motivação política e ideológica**Ementa:** Altera o artigo 2º da Lei 12.360/2016, dando nova redação ao seu caput e ao seu § 1º, inciso V, acrescentando os incisos VI, VII e VIII ao seu § 1º, e revogando o seu § 2º.**Resumo:** Altera o artigo 2º da Lei 12.360, para tipificar atos de terrorismo por motivação ideológica, política, social e criminal.**Último Posicionamento:****Data:** 17/01/2019**Posicionamento:** Contrário**Observação:****Despacho Atual:** 04/05/2016 - CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**07/12/2016 - CREDN / Dep. Rubens Bueno (CIDADANIA/PR) / [Pela rejeição.](#)**Situação Atual:** 27/03/2019 - CSPCCO / Aguardando parecer / Dep. Hugo Leal (PSD/RJ) /**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**PL 2574/2007 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Comissão de Legislação  
Participativa

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Proposições Apensadas:**

PL 5444/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6275/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Assistência psicológica ao preso

**Ementa:** Cria Centros de Saúde nos estabelecimentos prisionais com mais de 100 presos e prevê atendimento em ambulatório na própria unidade prisional por profissionais de saúde nas prisões com até 100 detentos.

**Resumo:** Cria Centros de Saúde nos estabelecimentos prisionais com mais de 100 presos e prevê atendimento em ambulatório na própria unidade prisional por profissionais de saúde nas prisões com até 100 detentos.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 17/12/2007 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)- Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 24/07/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

**PL 1184/2003 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Lucio Alcantara  
(PSDB/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Reprodução Assistida

**Ementa:** Dispõe sobre a Reprodução Assistida.

**Resumo:** Define normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro"; proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 02/07/2003 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 02/07/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Diego Garcia (PODE/PR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário



**PEC 246/2016 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Direitos Humanos / Amparo à mulher vítima de violência

**Ementa:** Altera o art. 203 da Constituição Federal para incluir o amparo à mulher vítima de violência entre os objetivos da assistência social.

**Resumo:** Inclui o amparo à mulher vítima de violência entre os objetivos da assistência social.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 22/06/2016 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

20/09/2016 - CCJC / Dep. Soraya Santos (PL/RJ) / [Pela admissibilidade](#)

**Situação Atual:** 21/09/2016 - CESP / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 5654/2016 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto

**Ementa:** Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto.

**Resumo:** Altera os arts. 14 e 199 da Lei de Execução Penal, para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 28/06/2016 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

17/05/2017 - CSPCCO / Dep. Keiko Ota (PSB/SP) / [Pela aprovação.](#)

25/10/2016 - CMULHER / Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 10/09/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Diego Garcia (PODE/PR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 6253/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Wilson Filho (PMDB/PB)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 513/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Requisitos para a obtenção do registro profissional.

**Ementa:** Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.

**Resumo:** Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 09/09/2013 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de C C J C - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PLS 439/2015 - SENADO**

Donizeti Nogueira (PT/TO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Conselhos Profissionais / Administrador

**Ementa:** Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.

**Resumo:** Estabelece que cargos e funções com atribuições voltadas para os campos da Administração, em organizações privadas, não governamentais e públicas, somente poderão ser providos por Tecnólogos e Administradores profissionais regulares na forma da lei, que ficam obrigados a comprovar, anualmente, perante organização empregadora, a regularidade com o Conselho Regional de Administração – CRA. Estabelece multas aplicáveis pelos CRAs.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário com ressalvas

A Administração utiliza os conhecimentos da psicologia para embasar parte de suas atividades em gestão de pessoas. A psicologia colabora historicamente na construção do que é gestão de pessoas como prática no Brasil. E cabe mencionar que, gestão de pessoas sem psicólogos

**Despacho Atual:** 15/03/2018 - CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo , CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** Data não informada - CDR / Pronta para a pauta / Sen. Chico Rodrigues (DEM/RR) / [Pela rejeição do PLS nº 439, de 2015.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

impede a utilização de instrumentos psicológicos, de acordo com a Lei 4.119/1962, que regulamentou a profissão de psicólogo e estabeleceu as funções privativas do exercício da profissão de psicólogo, assim como a utilização de métodos e técnicas psicológicas, dentre outros: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional.

O CFP normatizou as atribuições do psicólogo organizacional por meio da Resolução CFP nº 013/2007, definindo uma das especialidades da psicologia e materializou em normativa o exercício profissional da psicologia em empresas e organizações públicas, que datam dos primórdios da profissão no Brasil. A referida resolução estabeleceu as atribuições e competências do Psicólogo Organizacional e do Trabalho, conforme texto anexo.

Observação: Ao contrário da lei que regulamenta a psicologia, que estabelece métodos e técnicas privativas da profissão de psicólogo, essa proposição visa à reserva de campo de atuação, impedindo que profissionais de outras áreas do conhecimento atuem em empresas públicas e privadas no âmbito federal,

estadual e municipal no campo da administração.

Esclareceremos que o profissional da psicologia reconhecidamente contribui para os processos em empresas e organizações públicas, mais ainda, amiúde com os administradores. Ademais, a psicologia além de profissão é a ciência de base servindo de fundamento teórico para o exercício da administração em atividades como a de seleção de pessoal, que se tornará atividade privativa do administrador, caso prospere esse projeto.

O CFP compreende que a regulamentação profissional é uma importante ferramenta de proteção social, entretanto considera inconstitucional a reserva de mercado que o PLS 439/2015, tal como redigido proporciona aos administradores. Desse modo, não é benéfica às instituições, tampouco à sociedade, pois impede as contribuições de outros saberes, dentre eles o da psicologia.



**PL 1004/2011 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Efraim Filho (DEM/PB)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 722/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4630/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Conselhos Profissionais / Administrador

**Ementa:** Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.

**Resumo:** Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/05/2011 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 03/04/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)



**PL 1432/2011 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 3731/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5223/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5908/2013 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Adoção tardia

**Ementa:** Dispõe sobre a adoção tardia.

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.069, que dispõe sobre a adoção tardia.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/04/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** Data não informada - CESP / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (I) / proposição apensada ao PL 9963/2018.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PLS 74/2010 - SENADO**

Marconi Perillo (PSDB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Servidores Públicos / Lei Geral dos Concursos Públicos

**Ementa:** Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

**Resumo:** Regulamenta o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal para disciplinar a realização de concurso público.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 23/03/2010 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 17/07/2013 - CD / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PL 6418/2005 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Paulo Paim  
(PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 2665/2007 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 7702/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem

**Ementa:** Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

**Resumo:** Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 26/04/2006 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

18/12/2013 - CDHM / Dep. Henrique Afonso (PV/AC) / [Pela aprovação deste, do PL 1026/1995, do PL 1477/2003, do PL 6573/2006, do PL 715/1995, do PL 2252/1996, do PL 987/2007, do PL 2665/2007, e do PL 607/2011, apensados, com substitutivo, pela aprovação parcial do PL 1959/2011, e do PL 5452/2001, apensados, e pela rejeição do PL 6840/2002, apensado.](#)

**Situação Atual:** 07/05/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PL 2462/1991 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

HELIO BICUDO (PT/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 11007/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Defesa Nacional / Crimes contra o país/terrorismo

**Ementa:** Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade

**Resumo:** Define os crimes contra o Estado Democrático de Direito e a Humanidade

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 17/07/2008 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** Data não informada - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PLP 123/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Darcísio Perondi (PMDB/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PLP 321/2013 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PLP 118/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União

**Ementa:** Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

**Resumo:** Estabelece que a União aplicará em ações e serviços de saúde, o mínimo de dez por cento de sua receitas brutas.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/05/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 07/11/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Francisco Jr. (PSD/GO) /

**Próximos Passos:** Plenário



**PL 7050/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Professor Victório Galli  
(PSC/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Extra

**Proposições Apensadas:**

PL 10615/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1885/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4184/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 313/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4511/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Conselhos Profissionais / Anuidade de conselhos profissionais

**Ementa:** Altera o art. 5º da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para determinar a cobrança de anuidade após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.

**Resumo:** Dispõe sobre anuidade de conselhos profissional. Determina a cobrança de anuidade só após os primeiros 36 meses de registro em seus respectivos conselhos profissionais.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:**

**Despacho Atual:** 25/09/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 09/05/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Mauro Nazif (PSB/RO) /

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



**PL 7082/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Ana Amélia  
(PP/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Pesquisa clínica com seres humanos

**Ementa:** Dispõe sobre a pesquisa clínica com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa Clínica com Seres Humanos.

**Resumo:** Dispõe sobre princípios, diretrizes e regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:**

**Despacho Atual:** 24/03/2017 - CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

18/06/2019 - CSSF / Dep. Hiran Gonçalves (PP/RR) /  
[Pela aprovação do PL 7082/2017 e das Emendas Adotadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com substitutivo.](#)

18/04/2018 - CCTCI / Dep. Afonso Motta (PDT/RS) /  
[Pela aprovação, com emendas.](#)

**Situação Atual:** 22/08/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 5414/2016 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Rodrigo Pacheco (PMDB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 7121/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Proíbe o incentivo ao ensino à distância na área de saúde

**Ementa:** Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

**Resumo:** Altera a Lei de Diretrizes e Base da Educação, que proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 13/12/2017 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

13/12/2017 - CE / Dep. Átila Lira (PSB/PI) /  
[Pela aprovação deste, do PL 6858/2017, do PL 7121/2017 e do PL 8445/2017, apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 12/06/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Dr. Luiz Ovando (PSL/MS) / [Pela aprovação do PL 5414/2016, do PL 6858/2017, do PL 8445/2017, e do PL 7121/2017, apensados, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação, na forma do substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 5857/2009 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Sueli Vidigal (PDT/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 7206/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 8018/2017 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6327/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas.

**Ementa:** Autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas.

**Resumo:** Autoriza o Poder Executivo Federal, em articulação com os municípios sedes das regiões administrativas, a criar clínicas públicas para dependentes químicos de álcool e drogas.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 15/09/2009 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 23/04/2018 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / A proferir

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)

**PLS 157/2017 - SENADO**

Maria do Carmo Alves  
(DEM/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Assistência psiquiátrica e psicológica para médicos residentes e alunos de graduação em Medicina

**Ementa:** Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.

**Resumo:** Altera a Lei da Residência Médica e a Lei do Programa Mais Médicos, para tornar obrigatório que faculdades de Medicina e instituições que oferecem programas de Residência Médica disponibilizem atendimentos na área de saúde mental, respectivamente, a seus alunos e médicos residentes.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/05/2017 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

11/04/2018 - CAS / Sen. Lídice da Mata (PSB/BA) /  
[Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2017, e da Emenda que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 12/04/2018 - PLEN / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PEC 1/2015 - SENADO**

Wellington Fagundes (PR/MT)

**Categoria da Proposição:**

Prioritária

**Tema:** Relações Federativas / Rateio dos recursos da CIDE**Ementa:** Altera o inciso III da letra "d" do art. 159 da Constituição Federal e suprime o § 4º do mesmo artigo, para destinar, de forma mais coerente e equânime, recursos oriundos do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) para estados e municípios.**Resumo:** Altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinando que, do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível, a chamada CIDECombustíveis, prevista no art. 177, § 4º, da Carta Magna, estabelecer que a União entregará 1/3 para os Estados e o Distrito Federal e 1/3 para os Municípios, sem alterar a previsão de que esses recursos sejam destinados ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 05/02/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**27/04/2016 - CCJ / Sen. Acir Gurgacz (PDT/RO) / [Favorável com três emendas](#)**Situação Atual:** 31/01/2019 - PLEN / Plenário - Votação em 1º turno / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Plenário**PL 7585/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Senado Federal - Humberto  
Costa (PT/PE)**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Tema:** Saúde / Responsabilidade solidária dos gestores de planos de saúde no SUS**Ementa:** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).**Resumo:** Altera a Lei 8.080, para estabelecer responsabilidade solidária dos gestores no âmbito do SUS.**Último Posicionamento:****Data:** 17/01/2019**Posicionamento:** Favorável**Observação:****Despacho Atual:** 27/05/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 21/12/2016 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS) /[Pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4430/2016, apensado.](#)**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público**Proposições Apensadas:**PL 4430/2016 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**PL 7986/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Josi Nunes (PMDB/TO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 3722/2012 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Segurança / Porte de Arma / Fiscais / Servidores Públicos

**Ementa:** Altera o inciso X do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma de fogo para os fiscais agropecuários nos termos que disciplina.

**Resumo:** Altera o inciso X do art. 6º da lei 10.826, para assegurar o porte de arma aos integrantes das carreiras de Fiscal Estadual e Federal Agropecuário.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 18/11/2015 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 31/08/2017 - PLEN / Pronta para a pauta / Dep. Laudívio Carvalho (PODE/MG) / Proposição apensada ao PL 3722/2012.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 6004/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Marconi Perillo (PSDB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 252/2003 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Administração Pública / Normas gerais para a realização de concursos públicos

**Ementa:** Regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.

**Resumo:** Regulamenta o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, estabelecendo normas gerais para a realização de concursos públicos na Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 05/09/2013 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

24/04/2013 - CTASP / Dep. Policarpo (PT/DF) / [Pela aprovação com substitutivo](#)

**Situação Atual:** 04/02/2020 - CCJC / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Luiz Flávio Gomes (PSB/SP) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 7683/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Marcelo  
Crivella (PRB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Esporte e Lazer / Inclui ao empregador esportivo garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais

**Ementa:** Altera o art. 34 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto", para incluir entre os deveres da entidade de prática desportiva empregadora o de garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

**Resumo:** Altera a Lei 9.615, que institui normas gerais sobre desporto, para incluir entre os deveres da entidade de prática desportiva empregadora o de garantir assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 26/05/2017 - CESPO - Comissão do Esporte e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 09/12/2019 - CESPO / Pronta para a pauta / Dep. Roberto Alves (PRB/SP) /  
[Pela aprovação, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 5680/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Glauber Braga (PSB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Extra

**Tema:** Conselhos Profissionais / Fiscalização do exercício profissional

**Ementa:** Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.

**Resumo:** Institui a eleição direta para escolha de todos os membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício de profissões.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:**

**Despacho Atual:** 13/06/2013 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

18/10/2017 - CTASP / Dep. Bohn Gass (PT/RS) / [Pela aprovação, com emenda.](#)

**Situação Atual:** 17/10/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Fernando Francischini (PSL/PR) /

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PLS 394/2017 - SENADO****Tema:** Criança e Adolescente / Estatuto da Adoção de Criança ou adolescente

Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente.**Resumo:** Institui o estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, estabelecendo as disposições gerais sobre o regramento de adoção no Brasil.**Último Posicionamento:****Data:** 17/01/2019**Posicionamento:** Contrário**Observação:** O relator da CDH proferiu parecer sobre a prejudicialidade do projeto**Despacho Atual:** 18/10/2017 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**05/12/2018 - CDH / Sen. Paulo Paim (PT/RS) / [Pela prejudicialidade do Projeto.](#)**Situação Atual:** 27/11/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 8970/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS****Tema:** Administração Pública / Desburocratização de procedimentos administrativos

Julio Lopes (PP/RJ)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Dispõe sobre a desburocratização de procedimentos administrativos.**Resumo:** Estabelece diretrizes para a desburocratização de procedimentos administrativos no âmbito dos três Poderes, da União, dos Estados, do DF, e dos Municípios. Para tanto, estabelece os seguintes critérios: i) princípio da boa-fé (presunção de legalidade e boa-fé); ii) da melhor qualidade das normas (interpretação em favor do administrado nas situações elencadas); iii) da simplificação do atendimento às solicitações (institui a aprovação tácita em caso de silêncio da administração); iv) permite que o cidadão acesse os bancos de dados, registros e cadastros da administração pública; v) estabelece sanções administrativas (advertência, suspensão, multa). Além disso, altera as Leis: n.º 6.015, para dispor sobre averbação de matrícula do imóvel; n.º 8.666, para dispor sobre a habilitação para participação em licitações; n.º 8.934, para dispor publicidade de atos societários; n.º 9.099, para dispor sobre Registro Circunstanciado de Ocorrência, infrações penais de menor potencial ofensivo.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 02/03/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 22/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado /**Próximos Passos:** Comissão Especial**Proposições Apensadas:**PL 9904/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**PL 9054/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Renan  
Calheiros (PMDB/AL)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 2976/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Reforma da Lei de Execuções Penais

**EMENTA:** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

**Resumo:** Reforma da lei de execuções penais.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 13/12/2007 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 25/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PLS 454/2012 - SENADO**

Ana Amélia (PP/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Trânsito / Código de Trânsito Brasileiro

**EMENTA:** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.

**Resumo:** Altera o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular para fins de formação de condutores em vias públicas.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 17/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:** Remetida à Câmara dos Deputados PL8085/2014

**Despacho Atual:** 13/12/2012 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

29/10/2014 - CCJ / Sen. Aníbal Diniz (PT/AC) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto.](#)

**Situação Atual:** 11/11/2014 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PLC 84/2017 - SENADO**

Luiz Couto (PT/null)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Mediação de família**Ementa:** Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.**Resumo:** Altera o Código Civil, para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 16/08/2017 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 17/08/2017 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Plenário**PL 428/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Luiz Couto (PT/PB)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Mediação de família**Ementa:** Altera dispositivo do Código Civil para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.**Resumo:** Altera dispositivo do Código Civil para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 06/04/2011 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**08/08/2017 - CCJC / Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA) / [Aprovada a Redação Final.](#)28/06/2017 - CCJC / Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.](#)05/11/2014 - CSSF / Dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ) / [Pela aprovação.](#)**Situação Atual:** 11/08/2017 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Senado Federal**PLS 19/2016 - SENADO**

Ronaldo Caiado (DEM/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Prioridade para tramitação de processo de família**Ementa:** Acrescenta parágrafo único ao art. 699 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), a fim de determinar a prioridade na tramitação de processos, da competência do juízo de família, envolvendo acusação de alienação parental.**Resumo:** Altera o Código de Processo Civil a fim de determinar a prioridade na tramitação de processos, da competência do juízo de família, envolvendo acusação de alienação parental.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 16/02/2016 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 06/04/2017 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

<b>PLS 156/2009 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Reforma do Código de Processo Penal	<b>Despacho Atual:</b> Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa
José Sarney (PMDB/AP)	<b>Ementa:</b> Reforma do Código de Processo Penal.	<b>Situação Atual:</b> 23/03/2011 - CD / Situação não informada / Relator não informado / Remetida à Câmara dos Deputados.
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Reforma do Código de Processo Penal.	<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 9663/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Profissionais Liberais / Informações sobre profissionais registrados em conselhos	<b>Despacho Atual:</b> 07/03/2018 - CDC - Comissão de Defesa do Consumidor , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Pedro Cunha Lima (PSDB/PB)	<b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.659, de 27 de maio de 1998, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.	<b>Histórico de Tramitação:</b> 21/11/2018 - CDC / Dep. Márcio Marinho (PRB/BA) / <a href="#">Pela aprovação, com emendas.</a>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 9.659, para determinar que os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas mantenham listagem dos profissionais credenciados, contendo as informações que especifica.	<b>Situação Atual:</b> 27/11/2018 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)
<b>PL 9858/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Tipifica o crime de terrorismo de movimentos sociais	<b>Despacho Atual:</b> 04/05/2016 - CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional , CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Rogério Marinho (PSDB/RN)	<b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais.	<b>Situação Atual:</b> 27/03/2019 - CSPCCO / Aguardando parecer / Dep. Hugo Leal (PSD/RJ) / Proposição apensada ao PL 5056/2016.
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 13.260, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais, em caso de ação individual, coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, ocasionarem invasão de prédios públicos, de propriedade privada, urbana ou rural, bloqueio de vias públicas, impedimento ou tentativa de impedimento do direito de ir e vir, depredação ou destruição de máquinas, equipamentos, instalações, prédios ou plantações.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)
<b>Proposição Principal:</b> PL 5065/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



<b>PLS 101/2018 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Saúde / Regulamenta a profissão de psicanalista	<b>Despacho Atual:</b> 13/03/2018 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Telmário Mota (PTB/RR)	<b>Ementa:</b> Regulamenta a profissão de psicanalista.	<b>Situação Atual:</b> 30/10/2019 - CAS / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Sen. Jayme Campos (DEM/MT) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto e de seis emendas que apresenta.</a>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Regulamenta a profissão de psicanalista.	<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 4364/2012 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Conselhos Profissionais / Conselhos de Psicologia	<b>Despacho Atual:</b> 22/12/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Poder Executivo	<b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	<b>Situação Atual:</b> 02/12/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Pompeo De Mattos (PDT/RS) / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Extra	<b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 5.766, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 9904/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Administração Pública / Desburocratização / Fundamentação objetiva de atos infralegais	<b>Despacho Atual:</b> 02/03/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Valdir Colatto (PMDB/SC)	<b>Ementa:</b> Regulamenta o princípio da legalidade administrativa em todas as esferas da administração pública direta e indireta.	<b>Situação Atual:</b> 22/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 8970/2017.
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Regulamenta a edição de norma infralegal e as decisões administrativas oriundas de autoridades gestoras, em todas as esferas da administração pública direta e indireta. Para tanto, estabelece que a norma infralegal deverá explicitar a legislação e o dispositivo legal em que possui fundamento, além de um parecer técnico. Do mesmo modo, estabelece que as decisões administrativas deverão trazer de forma objetiva e explícita a legislação que deu causa à decisão. Por outro lado, fixa pena administrativa de suspensão para o agente público ou autoridade gestora que extrapole os limites fixados em lei.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão Especial
<b>Proposição Principal:</b> PL 8970/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



**PL 2053/2011 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Hugo Leal (PSC/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 9896/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 10401/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 11054/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1439/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2149/2020 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Código Penal / Regime de cumprimento de pena

**Ementa:** Altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.

**Resumo:** Altera o Código Penal e a Lei de Execução Penal, para instituir a pena de recolhimento domiciliar, extinguir o regime de albergamento, modificar o sistema progressivo de cumprimento de pena e os requisitos à obtenção do livramento condicional, e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/09/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 02/07/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Alexandre Leite (DEM/SP) /

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 105/2007 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Luiza Erundina (PSB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**PL 2127/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**Tema:** Educação / Ensino Médio / Disciplinas obrigatórias / Filosofia, Sociologia e Psicologia**Ementa:** Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**Resumo:** Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, para acrescentar o ensino de Filosofia, de Sociologia e de Psicologia como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/07/2008 - CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 18/06/2019 - CE / Aguardando parecer / Dep. Maria do Rosário (PT/RS) /**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)**PLS 174/2000 - SENADO**

Luiz Pontes (PSDB/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Saúde / Saúde suplementar / Lei geral dos planos de saúde**Ementa:** Altera a Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.**Resumo:** Reformula a lei geral dos planos de saúde.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/08/2003 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos, CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**02/08/2006 - PLEN / Sen. Alvaro Dias (PODEMOS/PR) / [Redação final](#)04/07/2006 - PLEN / Sen. Alvaro Dias (PODEMOS/PR) / [Pela aprovação do projeto e das emendas 1-CAE e 2-CAS.](#)11/08/2005 - CAS / Sen. Leonel Pavan (PSDB/SC) / [Pela aprovação, com a emenda 2-CAS.](#)

30/04/2003 - CAE / Sen. Mão Santa (PSC/PI) / Pela aprovação com a emenda 1-CAE.

**Situação Atual:** 09/08/2006 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 8420/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Luiza Erundina (PSOL/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Direitos Humanos / Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

**Ementa:** Dá nova redação à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.742, para alterar a composição do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 15/09/2017 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 14/05/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Benedita da Silva (PT/RJ) /  
[Pela aprovação do PL 8420/2017, e da Emenda 1/2017 da CSSF, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**PEC 99/2015 - SENADO**

Aécio Neves (PSDB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Licença-maternidade

**Ementa:** Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

**Resumo:** Altera o inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal, para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 18/01/2019

**Posicionamento:** Contrário

**Observação:** A proposição recebeu substitutivo do relator Jorge Tadeu Mudalen, na Câmara dos Deputados (PEC 181-A/2015) que dá nova redação ao art. 1º, III, da CF: "Dignidade da pessoa humana desde a concepção", que implica na proibição do aborto legal, previsto no Código Penal.

**Despacho Atual:** 14/07/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

09/12/2015 - PLEN / Sen. A Designar / [Redação final](#)

18/11/2015 - CCJ / Sen. Simone Tebet (MDB/MS) / [Pela aprovação](#)

**Situação Atual:** 15/12/2015 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PEC 383/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Danilo Cabral (PSB/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Direitos Humanos / Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

**Ementa:** Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

**Resumo:** Acrescenta o art. 203-A à Constituição, para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/11/2017 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

06/12/2017 - CCJC / Dep. Júlio Delgado (PSB/MG) / [Pela admissibilidade.](#)

**Situação Atual:** 06/11/2019 - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Plenário

**PLS 511/2017 - SENADO**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**Categoria da Proposição:**  
Crítica

**Tema:** Profissionais Liberais / Jornada de trabalho dos psicólogos

**Ementa:** Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo.

**Resumo:** Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, sobre a duração do trabalho normal do Psicólogo não poderá ser superior a 30 horas semanais.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 18/01/2019

**Posicionamento:** Favorável

**Observação:** O CFP articulou a apresentação de requerimento de regime de urgência em Dezembro de 2018 mas a sessão do Plenário do Senado não teve quórum e foi encerrada antes da apresentação do requerimento. Em devereiro de 2019, reapresentaremos novo requerimento de regime de urgência.

**Despacho Atual:** 20/06/2018 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais, CAE - Comissão de Assuntos Econômicos e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

23/05/2018 - CAS / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / [Pela aprovação do Projeto.](#)

**Situação Atual:** 02/04/2019 - CAE / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Sen. Paulo Paim (PT/RS) / [Favorável ao projeto.](#)

**Próximos Passos:** Plenário

**PLS 9/2016 - SENADO**

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Lei Maria da Penha / Reabilitação de agressores / Medidas Protetivas

**Ementa:** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer a medida protetiva de frequência a centro de educação e reabilitação do agressor.

**Resumo:** Altera o art. 23 da Lei Maria da Penha, para estabelecer que o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas, poderá determinar a frequência a centros de educação e de reabilitação para os agressores.

**Último Posicionamento:**

**Data:** 18/01/2019

**Despacho Atual:** 16/02/2016 - PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

31/03/2016 - PLEN / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / [Redação final](#)

**Situação Atual:** 12/04/2016 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**Posicionamento:** Favorável com ressalvas

Observações da conselheira Clarissa Guedes:

“Art.22. (...)”

VI – o comparecimento obrigatório do agressor a **programas terapêuticos de natureza multiprofissional (o "obrigatório" é sempre complexo para a psicologia, a gente aposta em um trabalho de acolhimento e reflexão que possibilite ao sujeito perceber a importância de buscar um atendimento terapêutico, não sei que conseguiremos retirar isso, mas podemos pontuar. Sugestão de texto: Encaminhamento a programas terapêuticos de natureza multiprofissional )**

VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio, **em equipes multiprofissionais**

VIII – frequência compulsória a cursos, atividades de orientação **por equipes de multiprofissionais (psiquiatra, psicólogos e assistentes sociais)**, a fim de **diminuir** ou controlar **a impulsividade e o descontrole**

Observação: **comportamental**, para restabelecer comportamento socialmente aceitável e de respeito às mulheres. (Sugestão de texto: frequência compulsória a grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica realizados por equipe multiprofissional, a fim de possibilitar a desconstrução dos padrões enraizados de gênero, de modo a favorecer a formação de novas masculinidades e o desenvolvimento de formas não violentas de resolução dos conflitos. ou frequência compulsória a grupos reflexivos para homens autores de violência

*doméstica realizados por equipe multiprofissional, a fim de possibilitar a desconstrução dos padrões enraizados de gênero, de modo que os autores de violência doméstica possam repensar seus comportamentos violentos e se engajar em um processo de mudança.)*

*IX – frequentar unidades de tratamento, preferencialmente do Sistema único de Saúde, para problemas relacionados à álcool e outras drogas, caso o agressor tenha problemas com tais substâncias.*

**PL 9993/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Rubens Pereira Júnior  
(PCdoB/MA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 9963/2018 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Imediato efeito de adoção após decretada a sentença

**Ementa:** Altera o §7º do artigo 47 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre adoção.

**Resumo:** Altera o §7º do artigo 47 do ECA, para estabelecer que a adoção produz efeitos desde a prolação da sentença. Altera o art. 42, §6º para estabelecer que na hipótese de falecimento do adotante, desde que já tenha manifestado explicitamente sua vontade, a adoção pode ser deferida antes mesmo de exarada a sentença.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/04/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 12/04/2018 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 9963/2018.

**Próximos Passos:** Comissão Especial



**PL 9963/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Aécio Neves  
(PSDB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 9993/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 620/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 7563/2014 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Guarda provisória no procedimento de adoção

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer que a guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença.

**Resumo:** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer que a guarda provisória no procedimento de adoção terá eficácia até a prolação da sentença.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/04/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 12/04/2018 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Dep. A Designar (I) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PL 10105/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Maria do  
Carmo Alves (DEM/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes

**Ementa:** Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.

**Resumo:** Altera as Leis nºs 6.932 e 12.871, para tornar obrigatória a oferta de assistência psiquiátrica e psicológica gratuita a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 07/05/2018 - C E - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

11/04/2019 - CE / Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) /  
[Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 21/11/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM/GO) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)



**PL 10182/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Gorete Pereira (PR/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 10402/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Medidas protetivas de crianças e adolescentes

**Ementa:** Altera a Lei no 12.318, de 26 de agosto de 2010.

**Resumo:** Altera a Lei no 12.318, que trata de alienação parental e de medidas protetivas de crianças e adolescentes em caso de sua ocorrência.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/02/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 09/10/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)



**PL 7841/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Roberto  
Requião (PMDB/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 9947/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 2527/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 3313/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4880/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4865/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 4586/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 6118/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Revalidação de diplomas de Mestrado e de Doutorado

**Ementa:** Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.

**Resumo:** Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento de diplomas de graduação, mestrado e doutorado expedidos por instituições de ensino superior estrangeiras.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 07/06/2018 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , C E - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 22/05/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Hiran Gonçalves (PP/RR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Educação



**PL 10615/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Chico D'Angelo (PDT/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7050/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Isenção de contribuições pelos conselhos profissionais a recém formados

**Ementa:** Altera a Lei n.º 12.524, de 28 de outubro de 2011, para disciplinar a cobrança de contribuições pelos conselhos profissionais.

**Resumo:** Altera a Lei n.º 12.524, para disciplinar a isenção da cobrança de contribuições pelos conselhos profissionais no primeiro ano de inscrição no conselho profissional, e daqueles que não exerceram atividade profissional ao longo do exercício.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/09/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 09/05/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. Mauro Nazif (PSB/RO) / Proposição apensada ao PL 7050/2017.

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)

**PL 1858/1991 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

SIGMARINGA SEIXAS  
(PSDB/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Piso salarial / Jornada de trabalho

**Ementa:** Modifica a redação do art. 22 da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que "altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas".

**Resumo:** Modifica o art. 22 da Lei nº 3.999, de dezembro da 1961, para alterar o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 22/08/1996 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 06/11/2003 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 1418/2011 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Walney Rocha (PTB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 252/2003 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Administração Pública / Exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública

**Ementa:** Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.

**Resumo:** Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/04/2010 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 04/02/2020 - CCJC / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Luiz Flávio Gomes (PSB/SP) / Proposição apensada ao PL 252/2003.

**Próximos Passos:** Plenário



**PLS 619/2007 - SENADO****Tema:** Saúde / Legislação sanitária federal

Tião Viana (PT/AC)

**Ementa:** Consolida a legislação sanitária federal. (Volume II)**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Resumo:** Consolida a legislação sanitária federal.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/11/2007 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**09/09/2008 - PLEN / Sen. Augusto Botelho (PDT/RR) / [Redação final.](#)09/04/2008 - CAS / Sen. Augusto Botelho (PDT/RR) / [Pela aprovação do projeto com dezesseis Emendas.](#)**Situação Atual:** 06/11/2008 - MESA - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Remetida à Câmara dos Deputados.**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 309/1999 - CÂMARA DOS DEPUTADOS****Tema:** Saúde / Lei de execução penal

Enio Bacci (PDT/RS)

**Ementa:** Prevê atendimento de saúde compatível aos presos, e dá outras providências.**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Resumo:** Prevê atendimento de saúde compatível aos presos, e dá outras providências.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/05/1999 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 31/01/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 289/1999.**Próximos Passos:** Senado Federal**Proposição Principal:**

PL 289/1999 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PL 7483/2010 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Osmar Terra (PMDB/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Trânsito / Exame de aptidão física e mental

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.

**Resumo:** Altera a Lei nº 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre o exame de aptidão física e mental.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 21/06/2010 - CVT - Comissão de Viação e Transportes e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

25/10/2011 - CCJC / Dep. Arnaldo Faria de Sá (PP/SP) / [Redação Final.](#)

10/08/2011 - CCJC / Dep. Fábio Trad (PSD/MS) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.](#)

24/11/2010 - CVT / Dep. Pedro Fernandes (PTB/MA) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 03/11/2011 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Remessa ao Senado Federal através do Of. nº 385/11/PS-GSE.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 10712/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Soraya Santos (PR/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Tema:** Criança e Adolescente / Realização de perícia para comprovação de alienação parental

**Ementa:** Altera artigos da Lei nº 12.318, de 2010 e da Lei nº 8.069, de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a modificar procedimentos relativos à alienação parental.

**Resumo:** Altera artigos da Lei nº 12.318 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo a modificar procedimentos relativos à alienação parental, para que a alteração da guarda como medida provisória necessária dependa de um procedimento prévio, ou seja, a realização da perícia, salvo decisão judicial em contrário, de maneira a tentar identificar se o caminho melhor para a criança ou o adolescente é a inversão de guarda de forma liminar.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 25/09/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**PLC 131/2012 - SENADO****Tema:** Saúde / Agência de modelos com acompanhamento de saúde física e mental

Enio Bacci (PDT/null)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.**Resumo:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 20/12/2012 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 04/04/2019 - CAS / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 7574/2006 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS****Tema:** Saúde / Acompanhamento da saúde física e mental em agências de modelos

Enio Bacci (PDT/RS)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.**Resumo:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/10/2007 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

31/10/2012 - CCJC / Dep. Pr. Marco Feliciano (PODE/SP) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL 1381/2007, apensado, com substitutivos, e dos Substitutos da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemendas substitutivas.](#)

05/05/2010 - CSSF / Dep. Antônio Cruz (PP/MS) / [Pela aprovação deste, e do PL 1381/2007, apensado, com substitutivo.](#)

19/11/2008 - CTASP / Dep. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) / [Pela aprovação deste, e do PL 1381/2007, apensado, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 18/12/2012 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 2.249/12/SGM-P.**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 7267/2002 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

José Carlos Coutinho (PFL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7419/2006 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Planos de saúde

**Ementa:** Adiciona-se dispositivo à Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências.

**Resumo:** Altera a Lei nº 9.656, para estabelecer cobertura de sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, cuja necessidade esteja relacionada à continuidade de assistência médica ambulatorial ou hospitalar.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/08/2016 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 20/11/2018 - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 7419/2006.

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 5329/2005 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Paulo Pimenta (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Caso de crimes cometidos contra criança ou adolescente

**Ementa:** Altera dispositivos processuais penais sobre oitiva da vítima, em caso de crimes cometidos contra criança ou adolescente.

**Resumo:** Altera dispositivos processuais penais sobre oitiva da vítima, em caso de crimes cometidos contra criança ou adolescente.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 05/01/2011 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 17/09/2019 - MESA - CD / Situação não informada / Relator não informado /

**Desapensação deste do PL 8045/2010, por ter sido o último retirado pelo Autor.**

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 149/1999 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Enio Bacci (PDT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Trânsito / Exames obrigatórios na renovação da CNH

**Ementa:** Restringe exames obrigatórios na renovação da CNH.

**Resumo:** Toma obrigatório o curso de direção defensiva e primeiros socorros apenas para os condutores de transporte coletivo de passageiros, transporte escolar, de emergência e produtos perigosos. Altera a lei nº 9.503, de 1997.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 16/11/2011 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 19/02/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado /

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 7569/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Lucio Vieira Lima (PMDB/BA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 10562/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 1079/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Assistência psicológica / alienação parental

**Ementa:** DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ÀS VÍTIMAS DE ALIENAÇÃO PARENTAL, AMPARADAS PELA LEI 12.318/10 (LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL)

**Resumo:** Dispõe sobre a implantação do programa de atendimento psicológico às vítimas de alienação parental, amparadas pela Lei 12.318/10 (lei de alienação parental).

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/05/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 19/02/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)

**PLC 31/2010 - SENADO**

Professora Raquel Teixeira  
(PSDB/null)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

**Ementa:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

**Resumo:** Especifica os profissionais aptos a exercerem a atividade de psicopedagogia; determina as atribuições do psicopedagogo; impõe a obrigatoriedade de observância de sigilo profissional; dispõe sobre a necessidade de inscrição junto ao órgão competente para o exercício da profissão; define infrações disciplinares.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 13/11/2014 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte , CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 10/03/2020 - CE / Pronta para a pauta / Sen. Izalci Lucas (PSDB/DF) / [Pela rejeição da Emenda nº 5 - Plen.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Assuntos Sociais



**PL 3512/2008 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Professora Raquel Teixeira  
(PSDB/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia

**Ementa:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

**Resumo:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/06/2008 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

30/03/2010 - CCJC / Dep. Sandro Mabel (PMDB/GO) / [Redação Final.](#)

15/12/2009 - CCJC / Dep. Maurício Quintella Lessa (PR/AL) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das Emendas da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.](#)

17/12/2008 - CTASP / Dep. Gorete Pereira (PR/CE) / [Pela aprovação, com emendas.](#)

**Situação Atual:** 12/04/2010 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 250/10/PS-GSE.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 1543/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Dr. Jorge Silva (PROS/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1616/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Atendimento psicológico

**Ementa:** Insere dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.

**Resumo:** Insere dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 18/04/2017 - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1616/2011.

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 7986/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Vitor Paulo (PRB/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1616/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Programa Creche Saudável

**Ementa:** Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias

**Resumo:** Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 16/04/2017 - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1616/2011.

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PLS 706/2007 - SENADO**

Arthur Virgílio (PSDB/AM)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Diretrizes e bases da educação nacional

**Ementa:** Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.

**Resumo:** Altera a lei de diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 10/12/2007 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

11/09/2012 - CE / Sen. João Vicente Claudino (PTB/PI) / [Incorporando ao texto final as emendas nº 01-CCJ/CE e nº 02-CCJ/CE aprovadas por 13 \(treze\) votos favoráveis.](#)

15/07/2009 - CCJ / Sen. Alvaro Dias (PODEMOS/PR) / [Pela aprovação do Projeto, com as duas emendas que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 10/10/2012 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

<p><b>PL 2908/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Comissão de Legislação Participativa</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Saúde / Conselheiro em Dependência Química</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.</p> <p><b>Resumo:</b> Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 16/09/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 10/05/2017 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público</p>
<p><b>PL 5592/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Erika Kokay (PT/DF)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças</p> <p><b>Ementa:</b> Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.</p> <p><b>Resumo:</b> Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 23/06/2016 - CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>07/06/2017 - CE / Dep. Flavinho (PSC/SP) / <a href="#">Pela aprovação, com substitutivo.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 02/10/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP) / Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.592, de 2016, com as emendas.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Senado Federal</p>
<p><b>PLS 98/2015 - SENADO</b></p> <p>Davi Alcolumbre (DEM/AP)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Trânsito / Avaliação psicológica</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 10/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 13/05/2020 - CCJ / Pronta para a pauta / Relator não informado / Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.</p> <p>Relator: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>



**PLS 334/2013 - SENADO****Tema:** Profissionais Liberais / Exercício da profissão de Gerontólogo

Paulo Paim (PT/RS)

**Ementa:** Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Resumo:** Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/08/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

30/10/2017 - CAS / Sen. Elmano Férrer (PODEMOS/PI) / [Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2013, pela aprovação das emendas nºs 1, 2, 4 e 5 - CDH e da emenda apresentada na CAS pelo Senador Eduardo Amorim, e pela rejeição da emenda nº 3 - CDH, na forma da seguinte emenda Substitutiva que apresenta.](#)

09/12/2015 - CDH / Sen. Omar Aziz (PSD/AM) / [Pela aprovação do Projeto, com cinco Emendas que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 01/11/2017 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 9622/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS****Tema:** Criança e Adolescente / Medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual

Erika Kokay (PT/DF)

**Ementa:** Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Resumo:** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para condiciona o recebimento de patrocínio de bancos públicos pelos clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 02/03/2018 - CESPO - Comissão do Esporte, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

21/11/2018 - CESPO / Dep. Roberto Alves (PRB/SP) / [Pela aprovação, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 21/11/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Alexandre Padilha (PT/SP) /**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PLS 399/2011 - SENADO****Tema:** Educação / Revalidação de diploma

Roberto Requião (MDB/PR)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.**Resumo:** Altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/07/2011 - CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

28/07/2014 - CE / Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) / [Aprova por 15 \(quinze\) votos favoráveis, o presente projeto, de autoria do Senador Roberto Requião, na forma da emenda n.º 1-CE \(Substitutivo\), de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.](#)

26/09/2013 - CRE / Sen. Cristovam Buarque (PPS/DF) / [Pela aprovação da matéria, com as Emendas nºs 1 e 2 - CRE.](#)

**Situação Atual:** 30/07/2014 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 1549/2003 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Celso Russomanno (PP/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Profissionais Liberais / Regulamentação do exercício profissional de acupuntura

**Ementa:** Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.

**Resumo:** Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 28/03/2007 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

24/10/2019 - CCJC / Dep. Fábio Trad (PSD/MS) /  
[Aprovada a Redação Final.](#)

20/08/2019 - CCJC / Dep. Giovani Cherini (PL/RS) /  
[Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas; do Projeto de Lei nº 2.284/2003, apensado; Projeto de Lei nº 2.626/2003, apensado, com emendas; do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda; das Emendas nºs 1/2003, 2/2003, com subemenda, 1/2007, 2/2007 e 3/2007, todas apresentadas na Comissão de Seguridade Social e Família; do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda substitutiva.](#)

10/07/2013 - CTASP / Dep. Vicentinho (PT/SP) / [Pela aprovação com substitutivo.](#)

12/05/2010 - CSSF / Dep. Aline Córrea (PP/SP) / [Pela aprovação com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 31/10/2019 - MESA - CD / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 5075/2001 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Poder Executivo

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Execução da medida de segurança e modificando a progressão de regime prisional

**Ementa:** Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

**Resumo:** Altera a designação da pena privativa de liberdade para pena de prisão em regime fechado e de pena restritiva de direitos para pena de restrição de direitos; dispendo sobre a desinternação progressiva do internado de acordo com a perícia médica e os demais órgãos da execução da medida de segurança e modificando a progressão de regime prisional de acordo com o cometimento de faltas disciplinares.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 10/02/2005 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** Data não informada - CSPCCO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 4827/1998 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Zulaiê Cobra (PSDB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Psicologia jurídica

**Ementa:** Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

**Resumo:** Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/08/2006 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

19/06/2013 - CCJC / Dep. Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Substitutivo do Senado, exceto quanto aos seguintes dispositivos, considerados inconstitucionais e injurídicos: arts. 15, 17, 18, 19, 20, inciso V do art. 25, 27, parágrafo único do art. 41 e 45 do Substitutivo do Senado.](#)

**Situação Atual:** 04/07/2013 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 6061/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Hugo Leal (PSC/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6022/2013 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Direitos Humanos / Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual

**Ementa:** Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.

**Resumo:** Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 21/08/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 6022/2013.

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 3473/2000 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Poder Executivo

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Aplicação e cumprimento da pena de prisão

**Ementa:** Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.

**Resumo:** Fixa critérios quanto à aplicação e cumprimento da pena de prisão (regime fechado, semi-aberto e livramento condicional); pena de restrição de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direito e limitação de fim de semana), multa e perda de bens.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 23/08/2000 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

13/03/2000 - CCJC / Dep. Ibrahim Abi-Ackel (PP/MG) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 31/07/2003 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 6755/2010 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Flávio Arns  
(PSDB/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Educação nacional

**Ementa:** Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.

**Resumo:** Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir dessa idade.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/02/2010 - CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

04/12/2013 - CE / Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT/PE) / [Pela aprovação deste, do PL 2711/2011, do PL 1558/2007, do PL 7974/2010, e do PL 3137/2012, apensados, na forma do substitutivo anexo, e pela rejeição do PL 4049/2008, do PL 4812/2009, do PL 6300/2009, do PL 3799/2012, do PL 6843/2010, do PL 2632/2007, e do PL 4067/2012, apensados.](#)

**Situação Atual:** 11/07/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Luizão Goulart (PRB/PR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PLS 414/2008 - SENADO**

Flávio Arns (PSDB/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Diretrizes e bases da educação nacional

**Ementa:** Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.

**Resumo:** Altera a redação dos arts. 4º, 6º, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/11/2008 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 05/02/2010 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PL 7490/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Fábio Trad (PMDB/MS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6622/2013 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Violência psicológica

**Ementa:** Tipifica a violência psicológica.

**Resumo:** Altera a Lei Maria da Penha, na qual foi prevista a proteção à mulher em situação de violência psicológica, sem a existência de tipos penais na legislação que fossem capazes de englobar o novo conceito introduzido no ordenamento jurídico.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 31/08/2016 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 19/11/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Leandre (PV/PR) / Proposição apensada ao PL 6622/2013.

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

**PL 1011/2011 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Fábio Faria (PMN/RN)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Tipifica o "bullying" como crime contra a honra.

**Ementa:** Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.

**Resumo:** Define o crime de Intimidação escolar no Código Penal Brasileiro e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 20/06/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

20/11/2013 - CSPCCO / Dep. Assis do Couto (PDT/PR) / [Pela aprovação deste e dos PLs 1.494/2011 e 1.573/2011, apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 30/10/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Flordelis (PSD/RJ) / [Pela aprovação do PL 1011/2011, do PL 1494/2011, do PL 1573/2011, do PL 7609/2014, do PL 3263/2015, do PL 3686/2015, do PL 4805/2016, do PL 7946/2014, do PL 5382/2016, do PL 9243/2017, e do PL 5064/2019, apensados, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)



**PLP 321/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Comissão de Legislação  
Participativa

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PLP 123/2012 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Serviços públicos de saúde

**Ementa:** Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências.

**Resumo:** Aplicação pela União de montante igual ou superior a dez por cento de suas receitas correntes brutas, em ações e serviços públicos de saúde. Projeto de Lei Saúde Mais Dez.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/05/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 29/11/2017 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PLP 123/2012.

**Próximos Passos:** Plenário

**PLS 90/1999 - SENADO**

Lúcio Alcântara (PSDB/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Reprodução Assistida

**Ementa:** Dispõe sobre a Reprodução Assistida.

**Resumo:** Dispõe sobre a Reprodução Assistida.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 09/03/1999 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

16/05/2013 - CAS / Sen. Roberto Requião (PMDB/PR) / [Favorável, com a Emenda nº 1-CCJ \(Substitutivo\)](#)

12/04/2000 - CCJ / Sen. Roberto Requião (PMDB/PR) / Favorável ao Projeto nos termos da emenda nº 1 (Substitutiva), renumerada como Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) pelo acolhimento das subemendas nºs 2, 6, 7, 8, 9 à emenda nº 1 e pela rejeição das subemendas nºs 3, 4, 5, 10 e 11 à emenda nº 1, sem prejuízo dos destaques para as subemendas nº 3, 4 e 10 e da Seção VII (dos crimes) referente ao Projeto.

**Situação Atual:** 08/01/2007 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PL 7081/2010 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Gerson Camata  
(PMDB/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica

**Ementa:** Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica.

**Resumo:** Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/04/2010 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CE - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

07/05/2019 - CCJC / Dep. Dr. Frederico (PATRIOTA/MG) / [Aprovada a Redação Final.](#)

07/11/2018 - CCJC / Dep. Rubens Bueno (CIDADANIA/PR) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 5700/2009, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação; e pela inconstitucionalidade do PL 3040/2008, do PL 4933/2009, apensados, e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.](#)

12/08/2015 - CFT / Dep. Enio Verri (PT/PR) / [Pela adequação financeira e orçamentária do PL nº 7.081/10, do PL nº 3.040/08, apensado, com emenda, do PL nº 5.700/09, apensado, do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família e do Substitutivo da Comissão de Educação; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PL nº 4.933/09, apensado.](#)

05/06/2013 - CE / Dep. Mara Gabrilli (PSDB/SP) / [Pela aprovação deste, do PL nº 5700/2009, e do PL nº 3040/2008, apensados, com Substitutivo, e pela rejeição do PL nº 4933/2009, apensado.](#)

15/12/2010 - CSSF / Dep. Rita Camata (PSDB/ES) / [Pela aprovação deste, do PL 5700/2009, e do PL 3040/2008, apensados, com substitutivo, e pela rejeição do PL 4933/2009, apensado.](#)

**Situação Atual:** 13/05/2019 - MESA - CD / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 81/2019/PS-GSE.

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PLS 402/2008 - SENADO****Tema:** Educação / Diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica

Gerson Camata (MDB/ES)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.**Resumo:** Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia na educação básica.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 29/10/2008 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

02/03/2010 - CE / Sen. Marisa Serrano (PSDB/MS) / [Pela aprovação do projeto, com as emendas oferecidas, acatando ainda a emenda aprovada na CAS.](#)

03/06/2009 - CAS / Sen. Marisa Serrano (PSDB/MS) / [Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 07/04/2010 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 8324/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS****Tema:** Criança e Adolescente / Prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentesSenado Federal - Angela Portela  
(PT/RR)**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.**Resumo:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 15/01/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 23/06/2016 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

<p><b>PLS 247/2012 - SENADO</b></p> <p>Ângela Portela (PDT/RR)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 11/07/2012 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div data-bbox="1339 316 2136 395"><p>18/12/2014 - CDH / Sen. Humberto Costa (PT/PE) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto, com as alterações promovidas pelas Emendas nºs 1 e 2-CAS.</a></p></div> <div data-bbox="1339 403 2136 483"><p>13/03/2013 - CAS / Sen. Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012, com as 2 (duas) Emendas que apresenta.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 19/12/2014 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>
<p><b>PL 1785/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Senado Federal - Gim Argello (PTB/RS)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Estratégias de prevenção e combate ao bullying</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta inciso IX ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> Aguardando despacho pela Secretaria Geral da Mesa</p> <p><b>Situação Atual:</b> Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Localização não informada</p>
<p><b>PLS 228/2010 - SENADO</b></p> <p>Jorge Afonso Argello (PTB/DF)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Prevenção e combate ao bullying</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para incluir entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 31/08/2010 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div data-bbox="1339 1177 2136 1225"><p>14/06/2011 - CE / Sen. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) / <a href="#">Pela aprovação do projeto.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 06/07/2011 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>



**PL 348/2011 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Hugo Leal (PSC/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Criança e Adolescente / Tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico**Ementa:** Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.**Resumo:** Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/05/2013 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**27/03/2013 - CSSF / Dep. Eduardo Barbosa (PSDB/MG) / [Pela rejeição.](#)**Situação Atual:** 24/10/2017 - CESP / Pronta para a pauta / Dep. Aliel Machado (PSB/PR) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação do PL 2517/2015, apensado; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação parcial deste, e dos PLs 2511/2000, 1938/1999, 5673/2009, 7391/2010, 345/2011, 346/2011, 347/2011, 348/2011, 3844/2012, 6090/2013, 7590/2014, 7789/2014, 8124/2014, 192/2015, 974/2015, 3208/2015, 5704/2016, 6581/2016, 1659/2015, 5454/2013, 1957/2015, 1052/2011, 3503/2012, 3680/2012, 5524/2013, 6216/2016, 1035/2011, 1284/2015, 1895/2011, 5425/2013, 989/2015, 2116/2015, 5561/2013, 2233/2015, 5703/2016, 6510/2016, 7732/2014, 2181/2015, 2227/2015, 922/2015, 1953/2015, 2159/2015, 7857/2014, 544/2015, 1243/2015, 1570/2015, 387/2015, 2419/2015, 4107/2015, 3771/2015 e 6500/2016, apensados, com substitutivo.](#)**PLS 65/2015 - SENADO**

Romário (PODE/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Forma de castigo à criança ou adolescente com deficiência física**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.**Resumo:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 03/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 07/02/2020 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG) /**Próximos Passos:** Localização não informada

<b>PLS 174/2017 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Profissionais Liberais / Regulamentação do exercício da profissão de terapeuta naturista	<b>Despacho Atual:</b> 06/06/2017 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Telmário Mota (PTB/RR)	<b>Ementa:</b> Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista.	<b>Situação Atual:</b> 11/03/2020 - CAS / Pronta para a pauta / Sen. Irajá (PSD/TO) / <a href="#">Pela rejeição do Projeto.</a>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Regulamenta a profissão de Terapeuta Naturista, nas modalidades medicina oriental, terapia ayurvédica, outras terapias naturais, e terapias psicanalíticas e psicopedagógicas.	<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PLS 89/2015 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	<b>Despacho Atual:</b> 04/03/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Humberto Costa (PT/PE)	<b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	<b>Histórico de Tramitação:</b>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera a Lei de proteção a vítimas e testemunhas), para estabelecer medidas protetivas de urgência de caráter temporário às vítimas e testemunhas vulneráveis.	10/06/2015 - CDH / Sen. José Medeiros (PODE/MT) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.</a>
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Situação Atual:</b> 26/06/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /
		<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
<b>PL 434/1999 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Educação / obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das DST's	<b>Despacho Atual:</b> 05/05/1999 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CE - Comissão de Educação, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Magno Malta (PTB/ES)	<b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.	<b>Situação Atual:</b> 25/09/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Kim Kataguirí (DEM/SP) /
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.	<b>Próximos Passos:</b> Plenário
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



**PL 6858/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Erika Kokay (PT/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / SUS / Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica

**Ementa:** Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

**Resumo:** Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 11/12/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

28/05/2019 - CCJC / Dep. Pedro Cunha Lima (PSDB/PB) / [Aprovada a Redação Final.](#)

10/04/2019 - CCJC / Dep. Marcelo Aro (PP/MG) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.](#)

08/04/2015 - CSSF / Dep. Benedita da Silva (PT/RJ) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 30/05/2019 - MESA - CD / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 92/2019/PS-GSE.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 620/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Júlia Marinho (PSC/PA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 9963/2018 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Adoção conjunta por casal homoafetivo

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.

**Resumo:** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/04/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 16/04/2018 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 9963/2018

**Próximos Passos:** Comissão Especial



**PL 3804/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Giovani Cherini (PDT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Profissionais Liberais / Profissão de Naturólogo

**Ementa:** Regulamenta a profissão de Naturólogo.

**Resumo:** Regulamenta a profissão de Naturólogo, que utiliza técnicas e procedimentos terapêuticos tidos como holísticos visando a promoção e a recuperação da saúde.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/05/2015 - C E - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de C C J C - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

19/10/2016 - CSSF / Dep. Mandetta (DEM/MS) / [Pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação.](#)

28/10/2015 - C E / Dep. Celso Jacob (PMDB/RJ) / [Pela aprovação deste, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 06/08/2019 - CTASP / Pronta para a pauta / Dep. Maurício Dzedricki (PTB/RS) / [Pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela Comissão da CE, com emenda.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PLS 8/2013 - SENADO**

Jorge Afonso Argello (PTB/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde / Parto humanizado no SUS

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 05/02/2013 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

25/09/2013 - CAS / Sen. Ana Rita (PT/ES) / [Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2013.](#)

**Situação Atual:** 10/10/2013 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PL 8489/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Luis Tibé (PTdoB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Educação / Condições de realização de provas para pessoas com dislexia

**Ementa:** Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.

**Resumo:** Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 09/03/2020 - CPD - Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência , CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

14/08/2019 - CE / Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES) /  
[Pela aprovação, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 13/03/2020 - CPD / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 2773/2000 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Alceste Almeida (PMDB/RR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crime de pederastia

**Ementa:** Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.

**Resumo:** Altera o Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 17/04/2000 - CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

17/08/2005 - C.C.J.C / Dep. Marcelo Ortiz (PV/SP) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, nos termos da emenda da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e, no mérito, pela aprovação.](#)

14/06/2000 - CREDN / Dep. Jair Bolsonaro (PSL/RJ) / [Favorável ao projeto.](#)

**Situação Atual:** 29/05/2014 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**Proposições Apensadas:**

PL 6871/2006 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**PL 5167/2009 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Capitão Assunção (PSB/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 580/2007 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil /

**Ementa:** Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

**Resumo:** Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 08/04/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)- Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 580/2007.

**Próximos Passos:** Comissão de Direitos Humanos e Minorias

**PL 40/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Sergio Vidigal (PDT/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 287/2003 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Doação de sangue

**Ementa:** Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.

**Resumo:** Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 31/03/2003 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 22/08/2016 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 287/2003

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 287/2003 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Laura Carneiro (PFL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**PL 40/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**Tema:** Gênero / Preconceito por orientação sexual**Ementa:** Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.**Resumo:** Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 31/03/2003 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**28/08/2003 - CCJC / Dep. José Eduardo Cardozo (PT/SP) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.](#)**Situação Atual:** 22/08/2016 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Senado Federal**PEC 66/2003 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Maria do Rosário (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Discriminação / Preconceito**Ementa:** Dá nova redação aos arts. 3º e 7º da Constituição Federal.**Resumo:** Proíbe a diferença de salários e de exercício de função e de critério de admissão por motivo de discriminação por orientação e expressão sexual, etnia, crença religiosa, convicção política, condição física, psíquica ou mental.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 10/06/2003 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**30/06/2005 - CCJC / Dep. Nelson Pellegrino (PT/BA) / [Pela admissibilidade desta e da PEC 392/2005, apensada.](#)**Situação Atual:** 19/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado /**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PDC 30/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Eros Biondini (PTB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PDC 16/2015 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Tema:** Gênero / Reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização**Ementa:** Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."**Resumo:** Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNDC/LGBT, que "Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/03/2015 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 19/02/2019 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PDC 16/2015.**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)**PL 1/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Ricardo Barros (PP/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 604/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Tema:** Criança e Adolescente / Deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante**Ementa:** Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.**Resumo:** Acrescenta o art. 53-A a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/04/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CE - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 16/08/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. João H. Campos (PSB/PE) / Proposição apensada ao PL 604/2011.**Próximos Passos:** Plenário

<b>PDC 26/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  Ezequiel Teixeira (SD/RJ)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada  <b>Proposição Principal:</b> PDC 16/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Tema:</b> Gênero / Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais  <b>Ementa:</b> Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e dá outras providências  <b>Resumo:</b> Susta a aplicação 12 de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e dá outras providências  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 19/03/2015 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.  <b>Situação Atual:</b> 19/02/2019 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PDC 16/2015.  <b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)
<b>PDC 18/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  Jaír Bolsonaro (PP/RJ)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada  <b>Proposição Principal:</b> PDC 17/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Tema:</b> Gênero / Orientação sexual / Identidade de gênero / Nome social  <b>Ementa:</b> Ficam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.  <b>Resumo:</b> Ficam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 20/03/2015 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.  <b>Situação Atual:</b> 26/03/2015 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PDC 17/2015.  <b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)
<b>PLS 73/2015 - SENADO</b>  Romário (PODE/RJ)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crime de estupro  <b>Ementa:</b> Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.  <b>Resumo:</b> Altera o Código Penal para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 03/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.  <b>Situação Atual:</b> 07/02/2020 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG) /  <b>Próximos Passos:</b> Sanção Presidencial



**PL 2383/2003 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Maninha (PT/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Planos e seguros privados de assistência à saúde

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências.

**Resumo:** Estabelece que as operadoras de planos de saúde não poderão criar restrições à inscrição de pessoas como dependentes de outras em função de pertencerem ao mesmo sexo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 07/11/2003 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

08/03/2006 - CCJC / Dep. Alexandre Cardoso (PSB/RJ) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.](#)

06/07/2005 - CSSF / Dep. Laura Carneiro (DEM/RJ) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 29/03/2006 - MESA - CD / Aguardando deliberação de recurso / Relator não informado / Aguardando deliberação do REC 271/2006.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 6871/2006 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Laura Carneiro (PFL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 2773/2000 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Pederastia ou outro ato de libidinagem

**Ementa:** Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.

**Resumo:** Altera o Código Penal Militar, para praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito à administração militar.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 17/04/2000 - CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 29/05/2014 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 2773/2000

**Próximos Passos:** Senado Federal



<b>PLS 227/2015 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crime de corromper	<b>Despacho Atual:</b> 15/04/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Wilder Morais (DEM/GO)	<b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.	<b>Histórico de Tramitação:</b> 10/06/2015 - CDH / Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto.</a>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera do Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.	<b>Situação Atual:</b> 09/11/2018 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
<b>PL 7563/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Processo de adoção	<b>Despacho Atual:</b> 12/04/2018 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Arnaldo Jordy (PPS/PA)	<b>Ementa:</b> Desburocratiza o processo de adoção.	<b>Situação Atual:</b> 12/04/2018 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 9963/2018
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Desburocratiza o processo de adoção.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão Especial
<b>Proposição Principal:</b> PL 9963/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PLS 150/2015 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Gênero / Orientação sexual	<b>Despacho Atual:</b> 24/03/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Otto Alencar (PSD/BA)	<b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	<b>Situação Atual:</b> 07/02/2020 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG) / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



**PL 4309/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Eduardo  
Amorim (PSC/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Saúde mental

**Ementa:** Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.

**Resumo:** Altera a Lei nº 10.216, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 22/08/2012 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 28/12/2016 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PLS 412/2011 - SENADO**

Eduardo Amorim (PSDB/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Saúde mental

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 13/07/2011 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

17/07/2012 - CAS / Sen. Paulo Davim (PV/RN) / [Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1-CAS \(substitutiva\).](#)

**Situação Atual:** 13/08/2012 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PLS 90/2015 - SENADO**

Humberto Costa (PT/PE)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Tema:** Jurídico - Microlegislações / Proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade**Ementa:** Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.**Resumo:** Altera os Estatutos do Idoso, da Criança e do Adolescente e a Lei Maria da Penha, para dispor sobre os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/03/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

08/08/2019 - CDH / Sen. Flávio Arns (REDE/PR) /

[Favorável ao Projeto, na forma da Emenda \(Substitutivo\) que apresenta.](#)**Situação Atual:** 27/11/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 7430/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Aureo (SD/RJ)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Proposição Principal:**PL 8833/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Suicídio**Ementa:** Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).**Resumo:** Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/10/2017 - CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 29/03/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Caroline De Toni (PSL/SC) / Proposição apensada ao PL 8833/2017**Próximos Passos:** Plenário

**PLP 367/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Cristovam  
Buarque (PPS/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PLP 40/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Direitos Humanos / Exploração sexual

**Ementa:** Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

**Resumo:** Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 03/05/2017 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

12/12/2018 - CMULHER / Dep. Dâmina Pereira (PODE/MG) / [Pela aprovação do Projeto de Lei Complementar 367/2017 e dos PLPs 40/2015,194/2015,195/2015, 243/2016 e 247/2016, apensados, com Substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 26/09/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Shéridan (PSDB/RR) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e dos Projetos de Lei Complementar nºs 194/2015, 195/2015, 243/2016, 247/2016, 40/2015 e 87/2019, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com subemenda.](#)

**Próximos Passos:** Plenário



**PLS 209/2008 - SENADO****Tema:** Direitos Humanos / Exploração sexual

Cristovam Buarque (PPS/DF)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.**Resumo:** Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades) para dispor que são inelegíveis os que respondam judicialmente a imputações de envolvimento direto ou indireto com prostituição infantil, quando denunciados pelo Ministério Público.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/06/2008 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**

19/04/2017 - PLEN / Relator não informado /  
Aprovado o projeto, com as Emendas nºs 1 e 2, nos termos do parecer, com a subemenda à Emenda nº 2, com o seguinte resultado: Sim - 68; Não - 1; Abst. - 0; Presidente - 1; Total - 70. Aprovada a redação final. (Parecer nº 64/2017 - PLEN/SF, da Comissão Diretora)

08/07/2008 - CCJ / Sen. Demóstenes Torres (S/Partido/GO) / Pela aprovação do PLS nº 390, de 2005, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário aos PLS(s) nºs 175, de 2003; 316 e 341, de 2004; 266, 269, 274, 313, 363 e 381, de 2005; 141, 231 e 261, de 2006; 265 e 684, de 2007; 17, 84, 184, 209, 236 e 249, de 2008, que tramitam em conjunto.

**Situação Atual:** 26/04/2017 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 42/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS****Tema:** Direitos Humanos / Direito acesso

Sergio Vidigal (PDT/ES)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.**Resumo:** Altera a Lei nº 11.340, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/02/2018 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

31/08/2016 - CSPCCO / Dep. Subtenente Gonzaga (PDT/MG) / [Pela aprovação.](#)

04/11/2015 - CSSF / Dep. Rosângela Gomes (PRB/RJ) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 12/09/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Margarete Coelho (PP/PI) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.](#)**Próximos Passos:** Senado Federal

**PEC 32/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gonzaga Patriota (PSB/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Direitos Humanos / Maioridade civil e penal**Ementa:** Altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioridade civil e penal aos dezesseis anos de idade.**Resumo:** Altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioridade civil e penal aos dezesseis anos de idade.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 08/05/2015 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 17/06/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Pastor Eurico (PATRIOTA/PE) /**Próximos Passos:** Comissão Especial**PL 7582/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Maria do Rosário (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Direitos Humanos / Crimes de ódio e intolerância**Ementa:** Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.**Resumo:** Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 11/09/2015 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**05/06/2019 - CDHM / Dep. Carlos Veras (PT/PE) / [Pela aprovação na forma do substitutivo.](#)**Situação Atual:** 05/12/2019 - CSPCCO / Aguardando parecer / Dep. Delegado Éder Mauro (PSD/PA) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**PL 1518/2011 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Janete Rocha Pietá (PT/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Planejamento e Orçamento / Recursos destinados a educação indígena e quilombola

**Ementa:** Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola.

**Resumo:** Dispõe sobre o percentual mínimo de recursos destinados a educação indígena e quilombola.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/06/2011 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CE - Comissão de Educação , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

12/07/2017 - CFT / Dep. Hildo Rocha (MDB/MA) / [Pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 1518/2011, com emenda, e do PL 6968/2013, apensado.](#)

21/11/2012 - CE / Dep. Alex Canziani (PTB/PR) / [Pela rejeição.](#)

21/03/2012 - CDHM / Dep. Rosinha da Adefal (PTdoB/AL) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 20/12/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) /

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 3391/2012 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Carlos Bezerra (PMDB/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Execução penal

**Ementa:** Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

**Resumo:** Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 23/03/2012 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

05/06/2013 - CSPCCO / Dep. Ênio Bacci (PDT/RS) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 15/08/2017 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 6989/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Odorico Monteiro (PROS/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 8833/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Crime de induzimento

**Ementa:** Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet.

**Resumo:** Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retirada de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/10/2017 - CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 29/03/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Caroline De Toni (PSL/SC) / Proposição apensada ao PL 8833/2017.

**Próximos Passos:** Plenário

**PLS 309/2004 - SENADO**

Paulo Paim (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Direitos Humanos / Discriminação e preconceito

**Ementa:** Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

**Resumo:** Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/03/2005 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

23/11/2005 - CDH / Sen. Fátima Cleide (PT/RO) / [Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº1-CCJ, nº2-CCJ e nº3-CCJ.](#)

03/08/2005 - CCJ / Sen. Rodolpho Tourinho (DEM/BA) / [Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 14/12/2005 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PL 1454/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Roberto Alves (PRB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes

**Ementa:** Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes.

**Resumo:** Institui a Semana Nacional de Combate a Sexualização de Crianças e Adolescentes.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/05/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

21/11/2017 - CCJC / Dep. Jerônimo Goergen (PP/RS) / [Redação Final.](#)

04/10/2017 - CCJC / Dep. Antonio Bulhões (PRB/SP) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.](#)

09/11/2016 - CSSF / Dep. Rosângela Gomes (PRB/RJ) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 22/11/2017 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PLS 443/2011 - SENADO**

Humberto Costa (PT/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Mulher vítima de violência doméstica

**Ementa:** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.

**Resumo:** Itera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 03/08/2011 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

11/12/2017 - CDH / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / [Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 09/01/2015 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



<b>PLC 154/2017 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes	<b>Despacho Atual:</b> 29/11/2017 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Roberto Alves (PRB/null)	<b>Ementa:</b> Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	<b>Situação Atual:</b> 25/06/2020 - CDH / Aguardando parecer / Sen. Marcos Rogério (DEM/RO) /
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Educação, Cultura e Esporte
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PLS 700/2007 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Abandono afetivo	<b>Despacho Atual:</b> 06/12/2007 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Marcelo Crivella (PRB/RJ)	<b>Ementa:</b> Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.	<b>Histórico de Tramitação:</b>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.	09/09/2015 - CDH / Sen. Paulo Paim (PT/RS) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 2 a 6, adotadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.</a>
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	28/04/2010 - CCJ / Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO) / <a href="#">Favorável ao Projeto com cinco Emendas que apresenta e à Emenda nº 1, de autoria do Senador Marcelo Crivella.</a>
		<b>Situação Atual:</b> 06/10/2015 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado
		<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
<b>PL 3123/2012 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Privatização dos estabelecimentos penitenciários	<b>Despacho Atual:</b> 07/08/2012 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Alexandre Leite (DEM/SP)	<b>Ementa:</b> Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários.	<b>Situação Atual:</b> 31/01/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



**PL 7187/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Eurico Júnior (PV/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Produção de Maconha

**Ementa:** Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.

**Resumo:** Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 11/03/2014 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 21/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado /

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PL 7005/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Serys  
Shessarenko (PT/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Microlegislações / Iniciativa popular

**Ementa:** Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

**Resumo:** Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/06/2019 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** Data não informada - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário

**PLS 129/2010 - SENADO**

Serys Shessarenko (PT/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Microlegislações / Iniciativa popular

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

**Resumo:** Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 11/05/2010 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

13/12/2013 - CCJ / Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.](#)

13/06/2012 - CCT / Sen. Valdir Raupp (PMDB/RO) / [Favorável, estando em condições de ser incluído em pauta.](#)

**Situação Atual:** 18/12/2013 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 629/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Vitor Valim (PMDB/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Criação do Cadastro Nacional de Pedófilos

**Ementa:** Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.

**Resumo:** Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 16/03/2015 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

17/04/2018 - CCJC / Dep. Patrus Ananias (PT/MG) / [Redação Final.](#)

06/12/2017 - CCJC / Dep. Delegado Edson Moreira (PR/MG) / [Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.](#)

04/11/2015 - CSPCCO / Dep. José Priante (MDB/PA) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 08/05/2018 - SF / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal



**PL 10024/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 1806/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Dispositivo móvel de segurança

**Ementa:** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.

**Resumo:** Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso de dispositivo móvel de segurança para conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/04/2018 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

16/12/2019 - CCJC / Dep. Shéridan (PSDB/RR) / [Pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, dos Projetos de Lei nºs 5.161/2013, 5.222/2016, 588/2019, PL 903/2019, 1.119/2019, 1.337/2019, 6.895/2013, 1.180/2015, 4.623/2016, 1.382/2019, 1.819/2019, 2.041/2019, 4.972/2013, 1.806/2019 e 2.802/2019, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, na forma da Subemenda da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.](#)

11/09/2019 - CMULHER / Dep. Luisa Canziani (PTB/PR) / [Pela aprovação do Projeto de Lei nº 10.024/2018, dos Projetos de Lei nºs 4.972/2013, 5.161/2013, 6.895/2013, 1.180/2015, 4.623/2016, 5.222/2016, 588/2019, 903/2019, 1.119/2019, 1.337/2019, 1.382/2019, 1.806/2019, 1.819/2019, 2.041/2019, 2.802/2019, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com subemenda substitutiva.](#)

26/06/2019 - CSSF / Dep. Célio Silveira (PSDB/GO) / [Pela aprovação do PL 10024/2018, do PL 5161/2013, do PL 5222/2016, do PL 588/2019, do PL 903/2019, do PL 1119/2019, do PL 1337/2019, do PL 6895/2013, do PL 1180/2015, do PL 4623/2016, do PL 1382/2019, do PL 1819/2019, do PL 2041/2019, do PL 4972/2013, do PL 1806/2019, e do PL 2802/2019, apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 26/02/2020 - CCJC / Aguardando votação da redação final / Relator não informado / Ofício SGM-P 79/2020 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD.

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

<p><b>PL 4655/2009 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Glauber Braga (PSB/RJ)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Conceito de Sobrepena</p> <p><b>Ementa:</b> É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas conseqüências.</p> <p><b>Resumo:</b> É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas conseqüências.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 26/02/2009 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 29/08/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Pedro Lupion (DEM/PR) / <a href="#">Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela rejeição.</a></p> <p><b>Próximos Passos:</b> Plenário</p>
<p><b>PL 4592/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Senado Federal - Paulo Davim (PV/RN)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Datas comemorativas e Homenagens / Dia de Enfrentamento à Psicofobia</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado, nacionalmente, no dia 12 de abril de cada ano.</p> <p><b>Resumo:</b> Institui o Dia de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado, nacionalmente, no dia 12 de abril de cada ano.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 04/03/2016 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 25/06/2019 - CDHM / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Erika Kokay (PT/DF) / <a href="#">Pela aprovação.</a></p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)</p>
<p><b>PLS 263/2014 - SENADO</b></p> <p>Paulo Davim (PV/RN)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Datas comemorativas e Homenagens / Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia</p> <p><b>Ementa:</b> Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.</p> <p><b>Resumo:</b> Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 02/09/2014 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>16/02/2016 - CE / Sen. Paulo Paim (PT/RS) / <a href="#">Pela aprovação do projeto.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 02/03/2016 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>



**PLS 291/2015 - SENADO****Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crime de injúria

Gleisi Hoffmann (PT/PR)

**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Resumo:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 19/05/2018 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 27/11/2018 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Localização não informada**PL 6/2015 - CÂMARA DOS DEPUTADOS****Tema:** Criança e Adolescente / Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência

Ricardo Barros (PP/PR)

**Ementa:** Fica instituída a Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana de maio.**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Resumo:** Fica instituída a Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana de maio.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 31/08/2016 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**28/11/2018 - C E / Dep. Floriano Pesaro (PSDB/SP) / [Pela aprovação deste e das Emendas Adotadas pela Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF.](#)13/09/2017 - CSSF / Dep. Elizeu Dionizio (PSB/MS) / [Pela aprovação, com emendas.](#)05/04/2017 - CMULHER / Dep. Laura Carneiro (DEM/RJ) / [Pela aprovação.](#)**Situação Atual:** 17/09/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 7307/2014 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Rogério Peninha Mendonça  
(PMDB/SC)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Regras de conduta da instituição de ensino

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/04/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 22/05/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Daniela Do Waguiño (MDB/RJ) /

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 206/2003 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Roberto Magalhães (PSDB/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Alcoolismo

**Ementa:** Acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo.

**Resumo:** Acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/12/2011 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

28/11/2018 - CSSF / Dep. Odorico Monteiro (PSB/CE) / [Pela rejeição do Substitutivo do Senado ao PL 206/2003.](#)

**Situação Atual:** 03/07/2019 - CTASP / Pronta para a pauta / Dep. Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA) / [Pela rejeição da emenda substitutiva do Senado Federal ao PL nº 206/03, e pela aprovação do PL nº 206/03 e da emenda de relator nº 1 da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania ao substitutivo nº 1 da CTASP, restabelecendo o texto aprovado nesta Câmara dos Deputados.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)



**PLS 757/2015 - SENADO****Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Igualdade civilAntonio Carlos Valadares  
(PSB/SE)**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Ementa:** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.**Resumo:** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/12/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**21/11/2018 - CCJ / Sen. Lídice da Mata (PSB/BA) / [Pela aprovação das adequações redacionais e de técnica legislativa, na forma do texto consolidado que apresenta.](#)04/07/2018 - CCJ / Sen. Lídice da Mata (PSB/BA) / [Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.](#)08/06/2016 - CDH / Sen. Telmário Mota (PROS/RR) / [Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.](#)**Situação Atual:** 21/11/2018 - MESA - SF / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PLS 480/2013 - SENADO****Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Revista pessoal

Ana Rita (PT/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Ementa:** Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.**Resumo:** Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/11/2013 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**04/06/2014 - CCJ / Sen. Humberto Costa (PT/PE) / [Pela aprovação do Projeto.](#)**Situação Atual:** 02/07/2014 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 44/2015 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Sergio Vidigal (PDT/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Lei Maria da Penha / Criança e adolescente**Ementa:** Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.**Resumo:** Altera a Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "criança e adolescente".**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/10/2016 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

06/06/2018 - CFT / Dep. Soraya Santos (PL/RJ) / [Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.](#)

07/06/2017 - CMULHER / Dep. Flávia Morais (PDT/GO) / [Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família.](#)

19/10/2016 - CSSF / Dep. Conceição Sampaio (PSDB/AM) / [Pela aprovação, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 08/08/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /**Próximos Passos:** Senado Federal**PLS 371/2016 - SENADO**

Aécio Neves (PSDB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Procedimento de adoção**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção.**Resumo:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/10/2016 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

21/03/2018 - CCJ / Sen. Simone Tebet (MDB/MS) / [Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.](#)

02/08/2017 - CDH / Sen. José Medeiros (PODE/MT) / [Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta.](#)

**Situação Atual:** 05/04/2018 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 7352/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Ronaldo  
Caiado (DEM/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Alienação parental

**Ementa:** Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para determinar a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental.

**Resumo:** Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para determinar a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 28/04/2017 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 28/03/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Antonio Brito (PSD/BA) / [Pela aprovação.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**PL 10562/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Vinicius Carvalho (PRB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7569/2014 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Datas comemorativas e Homenagens / Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental

**Ementa:** Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.

**Resumo:** Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alienação Parental.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/05/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 19/02/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 7569/2014.

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)

**PL 1079/2015 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Rômulo Gouveia (PSD/PB)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7569/2014 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Alienação parental

**Ementa:** Acrescenta o art. 8º-A à Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010.

**Resumo:** Institui campanhas permanentes de combate à alienação parental.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/05/2014 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 19/02/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 7569/2014.

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)

<p><b>PDC 1023/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Patrus Ananias (PT/MG)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Administração Pública / Susta atos normativos / Cadastro Único</p> <p><b>Ementa:</b> Susta o Decreto nº 9.462 de 8 de agosto de 2018, que altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007, e o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.</p> <p><b>Resumo:</b> Susta o Decreto nº 9.462, que altera o regulamento do Benefício de Prestação Continuada, e o Decreto nº 6.135, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 22/08/2018 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 27/08/2018 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)</p>		
<p><b>PEC 439/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Pedro Uczai (PT/SC)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Planejamento e Orçamento / Revoga a EC 95 / Novo Regime Fiscal / Teto de Gastos Públicos</p> <p><b>Ementa:</b> Proposta de Emenda a Constitucional que visa suprimir os artigos 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113 e 114 da Constituição Federal incluídos pela Emenda Constitucional 95/2016.</p> <p><b>Resumo:</b> Revoga o Novo Regime Fiscal (Teto de Gastos Públicos), de que trata a Emenda Constitucional 95/2016.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 16/08/2018 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 20/12/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Danilo Cabral (PSB/PE) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão Especial</p>		
<p><b>PLS 13/2012 - SENADO</b></p> <p>Marcelo Crivella (PRB/RJ)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Saúde / Prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais. ,</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 9.615, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 09/02/2012 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <table border="1" data-bbox="1332 1066 2132 1177"><tr><td>08/05/2017 - CE / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto.</a></td></tr><tr><td>26/06/2013 - CAS / Sen. Lúcia Vânia (PSB/GO) / <a href="#">Pela aprovação.</a></td></tr></table> <p><b>Situação Atual:</b> 19/05/2017 - CD / Aguardando retorno da outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>	08/05/2017 - CE / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto.</a>	26/06/2013 - CAS / Sen. Lúcia Vânia (PSB/GO) / <a href="#">Pela aprovação.</a>
08/05/2017 - CE / Sen. Ângela Portela (PDT/RR) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto.</a>				
26/06/2013 - CAS / Sen. Lúcia Vânia (PSB/GO) / <a href="#">Pela aprovação.</a>				



**SUG 28/2018 - SENADO**

**Tema:** Conselhos Profissionais / Sugestão / Fim da anualidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas

**Despacho Atual:** 02/08/2018 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de tramitação não informado - Comissões.

Programa e-Cidadania

**Ementa:** Fim da anualidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas

**Situação Atual:** 26/02/2019 - CDH / Aguardando parecer / Sen. Sérgio Petecão (PSD/AC) / Parecer não informado

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Resumo:** Fim da anualidade obrigatória dos Conselhos Regionais para profissionais e empresas.

**Próximos Passos:** Arquivo

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**PL 7791/2010 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

**Tema:** Sistema de Justiça / Assistência educacional devida aos presos

**Despacho Atual:** 04/10/2010 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

Senado Federal - Demóstenes  
Torres (DEM/GO)

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.

**Situação Atual:** Data não informada - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Parecer não informado

**Resumo:** Altera a Lei de Execução Penal, para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos.

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 10698/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**PL 8632/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - Garibaldi Alves  
Filho (PMDB/RN)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 10781/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Semana Nacional de Prevenção ao Suicídio e de Valorização da Vida

**Ementa:** Dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida.

**Resumo:** Dispõe sobre a Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e de Valorização da Vida.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/09/2017 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

20/03/2019 - CCJC / Dep. Pompeo De Mattos (PDT/RS) /  
[Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família e dos PLs 4360/2016, 5005/2016, 5560/2016, 3248/2015 e 10781/2018, apensados.](#)

20/06/2018 - CSSF / Dep. Dr. Sinval Malheiros (PODE/SP) / [Pela aprovação deste, do PL 4360/2016, do PL 5005/2016, do PL 5560/2016, e do PL 3248/2015, apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** Data não informada - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Sanção Presidencial

**PL 10877/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Lincoln Portela (PR/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Tema:** Criança e Adolescente / Aumento de pena para a prática de pedofilia

**Ementa:** Estabelece causa de aumento de pena para a prática de pedofilia encontrando-se a vítima dormindo.

**Resumo:** Estabelece causa de aumento de pena para a prática de pedofilia encontrando-se a vítima dormindo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/10/2018 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 09/10/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Pastor Gildenemyr (PL/MA) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)



<p><b>PL 10876/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Lincoln Portela (PR/MG)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p> <p><b>Proposição Principal:</b> PL 6998/2017 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Caracterização da perda do poder familiar como medida protetiva de urgência</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.</p> <p><b>Resumo:</b> Acrescenta dispositivo na Lei nº 11.340, Lei Maria da Penha de forma a incluir entre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor a suspensão do seu poder familiar.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 09/03/2017 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 6998/2017.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher</p>
<p><b>SUG 5/2016 - SENADO</b></p> <p>Programa e-Cidadania</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Discriminação por orientação sexual / Racismo</p> <p><b>Ementa:</b> Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo".</p> <p><b>Resumo:</b> Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo".</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 12/04/2016 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 24/04/2019 - CDH / Aguardando parecer / Sen. Paulo Rocha (PT/PA) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal</p>
<p><b>PLS 414/2018 - SENADO</b></p> <p>Dalirio Beber (PSDB/SC)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Crítica</p>	<p><b>Tema:</b> Conselhos Profissionais / Garantia de percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos</p> <p><b>Ementa:</b> Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p><b>Resumo:</b> Estabelece um percentual mínimo de 30% para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 17/10/2018 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>21/03/2019 - CDH / Sen. Zenaide Maia (PROS/RN) / <a href="#">Favorável ao Projeto.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 10/03/2020 - CCJ / Pronta para a pauta / Sen. Esperidião Amin (PP/SC) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto.</a></p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>



**PL 5317/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Giroto (PMDB/MS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 10881/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Crime de tráfico interno e internacional de pessoas.

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o crime de tráfico interno e internacional de pessoas.

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, para acrescentar o crime de tráfico interno e internacional de pessoas.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 23/04/2013 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 25/10/2017 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 6998/2017 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Flávia Moraes (PDT/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 10876/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Medida protetiva

**Ementa:** Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para instituir a medida protetiva de prestação de alimentos provisionais ou provisórios aos filhos menores.

**Resumo:** Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, para instituir a medida protetiva de prestação de alimentos provisionais ou provisórios aos filhos menores.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 09/03/2017 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



<b>PLS 428/2018 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Medida socioeducativa de internação por até 15 anos por ato infracional a crime hediondo	<b>Despacho Atual:</b> 31/10/2018 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
José Medeiros (PODE/MT)	<b>Ementa:</b> Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo.	<b>Situação Atual:</b> 11/07/2019 - CDH / Pronta para a pauta / Sen. Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) / Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta.
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera o § 3º do art. 121 da Lei nº 8.069, para prever a possibilidade de decretação de medida socioeducativa de internação por até quinze anos, no caso de ato infracional correspondente a crime hediondo.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PLC 98/2018 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Saúde / Avaliação psicológica de gestantes	<b>Despacho Atual:</b> 01/11/2018 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Celio Antonio da Silveira (PSDB/null)	<b>Ementa:</b> Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.	<b>Situação Atual:</b> 20/02/2019 - CDH / Aguardando parecer / Relator não informado /
<b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária	<b>Resumo:</b> Dispõe que toda gestante, durante a realização do pré-natal, deverá ser submetida a avaliação psicológica com o intuito de se detectar a propensão ao desenvolvimento de depressão pós-parto, considerados os fatores de risco. Tramitou na Câmara como PL 702/2015.	Relatora: Senadora Leila Barros (PSB/DF)
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Assuntos Sociais
<b>PLS 439/2018 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes	<b>Despacho Atual:</b> 20/11/2018 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CAS - Comissão de Assuntos Sociais e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Marta Suplicy (MDB/SP)	<b>Ementa:</b> Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	<b>Histórico de Tramitação:</b>
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Institui o Marco Regulatório Nacional do Acolhimento de Crianças e Adolescentes.	12/12/2018 - CDH / Sen. Regina Sousa (PT/PI) / <a href="#">Favorável ao Projeto.</a>
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Situação Atual:</b> 18/12/2018 - CAS / Pronta para a pauta / Sen. Humberto Costa (PT/PE) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2018.</a>
		<b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



<p><b>PLS 447/2018 - SENADO</b></p> <p>Rose de Freitas (PODE/ES)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Saúde / Regulamenta a internação compulsória para reincidentes em situação de rua</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), para regulamentar a internação compulsória para reincidentes em situação de rua que representem uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei de Drogas, para regulamentar a internação compulsória para reincidentes em situação de rua que representem uma ameaça à integridade física de qualquer pessoa.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 21/11/2018 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 30/11/2018 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados</p>
<p><b>PL 11065/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Conselhos Profissionais / Acesso público às consultas e informações dos profissionais registrados nos conselhos profissionais</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a disponibilidade de acesso público às consultas e informações cadastrais relativas aos profissionais registrados nos conselhos de fiscalização.</p> <p><b>Resumo:</b> Dispõe sobre a disponibilidade de acesso público às consultas e informações cadastrais relativas aos profissionais registrados nos conselhos de fiscalização.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 07/12/2018 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 12/12/2018 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)</p>
<p><b>PL 11105/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Eros Biondini (PROS/MG)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p> <p><b>Proposição Principal:</b> PL 478/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Estatuto do Nascituro</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.</p> <p><b>Resumo:</b> Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 27/06/2017 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 31/01/2019 - CMULHER / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 478/2007.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)</p>



<b>PL 502/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Educação / Programa de Escola Sem Mordça	<b>Despacho Atual:</b> 04/05/2016 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Talfría Petrone (PSOL/RJ)	<b>Ementa:</b> Institui o programa "Escola Sem Mordça" em todo o território nacional.	<b>Situação Atual:</b> 19/02/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 7180/2014.
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Institui o programa "Escola Sem Mordça" em todo o território nacional, e que todos os professores, estudantes e funcionários são livres para expressar seu pensamento e opinião nos termos do artigo 206, incisos I e III da Constituição.	<b>Próximos Passos:</b> Comissão Especial
<b>Proposição Principal:</b> PL 7180/2014 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>REQ 259/2019 PLEN - CÂMARA DOS DEPUTADOS - -</b>	<b>Tema:</b> Datas comemorativas e Homenagens / Dia Internacional dos Direitos Humanos	<b>Despacho Atual:</b> 07/02/2019 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.
Erika Kokay - PT/DF	<b>Ementa:</b> Requer a realização de sessão solene no dia 09 de dezembro de 2019, no Plenário desta Casa, em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.	<b>Situação Atual:</b> 07/02/2019 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Requer a realização de sessão solene no dia 09 de dezembro de 2019, no Plenário desta Casa, em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos.	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
<b>PL 556/2019 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante	<b>Despacho Atual:</b> 07/02/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Eduardo Girão (PODE/CE)	<b>Ementa:</b> Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para elevar a pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, e criar nova causa de aumento de pena.	<b>Situação Atual:</b> 04/05/2020 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Altera o Código Penal, para elevar a pena do crime de aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante, e criar nova causa de aumento de pena.	<b>Próximos Passos:</b> Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



**PL 713/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Marília Arraes (PT/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Direitos Humanos / Crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou deficiência física**Ementa:** Altera o art. 61, do Código Penal para considerar agravante o cometimento do crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou deficiência física.**Resumo:** Altera o art. 61, do Código Penal para considerar agravante o cometimento do crime em razão da raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual ou deficiência física.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 20/02/2019 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 02/07/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Pastor Eurico (PATRIOTA/PE) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Plenário**PL 788/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Flordelis (PSD/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 478/2007 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Jurídico - Direito Civil e Proc. Civil / Proteção ao nascituro**Ementa:** Dispõe sobre a proteção ao nascituro.**Resumo:** Estabelece normas de proteção ao nascituro. Reconhece desde a concepção a dignidade e natureza humanas do nascituro conferindo plena proteção jurídica.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 27/06/2017 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 31/01/2019 - CMULHER / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 478/2007.**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)**PL 237/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Ney Leprevost

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**

PL 974/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Exigência de atestado de antecedentes criminais para admissão em estabelecimentos de ensino escolar**Ementa:** Dispõe sobre a exigência de atestado de antecedentes criminais para a admissão em estabelecimentos de ensino escolar regular e pré-escolas, públicos e privados, destinados ao atendimento de crianças, conforme especifica**Resumo:** Dispõe sobre a exigência de atestado de antecedentes criminais para a admissão em estabelecimentos de ensino escolar regular e pré-escolas, públicos e privados, destinados ao atendimento de crianças, conforme especifica.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 14/02/2019 - CE - Comissão de Educação, CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 15/04/2019 - CE / Aguardando parecer / Dep. Roberto de Lucena (PODE/SP) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**RIC 110/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Direitos Humanos / Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**Ementa:** Solicita à Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos esclarecimentos acerca da obstrução deste Ministério ao trabalho de vistoria a locais de privação de liberdade pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)**Resumo:** Solicita à Ministra de Estado da Mulher, Família e Direitos Humanos esclarecimentos acerca da obstrução deste Ministério ao trabalho de vistoria a locais de privação de liberdade pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 15/02/2019 - MESA - CD - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.**Histórico de Tramitação:**11/03/2019 - MESA - CD / Dep. Marcos Pereira (PRB/SP) /  
[Pela aprovação.](#)**Situação Atual:** Data não informada - Localização não informada / Situação não informada / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados**REQ 6/2019 - SENADO**

Izalci Lucas (PSDB/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária**Tema:** Administração Pública / Audiência Pública**Ementa:** Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.**Resumo:** Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ilustríssimo Senhor Titular da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do órgão para os próximos dois anos.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 15/02/2019 - CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Apreciação não informada.**Situação Atual:** 20/02/2019 - CDR / Parecer aprovado / Sen. A Designar (/) / [Durante a 02ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada nesta data, o requerimento é subscrito pela Senadora Zenaide Maia, lido e aprovado.](#)**Próximos Passos:** Localização não informada**PL 852/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Sâmia Bomfim (PSOL/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 598/2019 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**Tema:** Educação / Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas**Ementa:** Institui a "Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas" e dá outras providências.**Resumo:** Institui a "Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas" a ser realizada anualmente no mês de março nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 29/07/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 18/12/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 598/2019**Próximos Passos:** Senado Federal

<b>PL 848/2019 - SENADO</b>  Eduardo Girão (PODE/CE)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Redução da incidência da gravidez na adolescência  <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto.  <b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 8.069, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 18/02/2019 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.  <b>Situação Atual:</b> 21/05/2019 - CDH / Aguardando parecer / Sen. Leila Barros (PSB/DF) / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Comissão de Assuntos Sociais
<b>PL 851/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  Sâmia Bomfim (PSOL/SP)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada  <b>Proposição Principal:</b> PL 226/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	<b>Tema:</b> Direitos Humanos / Obrigatoriedade de afixação de placa informativa da Central de Atendimento à Mulher  <b>Ementa:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em estabelecimentos públicos e privados e locais de grande circulação de pessoas  <b>Resumo:</b> Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em estabelecimentos públicos e privados e locais de grande circulação de pessoas.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 11/02/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias , CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.  <b>Situação Atual:</b> 17/12/2019 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 226/2019.  <b>Próximos Passos:</b> Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços
<b>PL 1074/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  José Medeiros (PODE/MT)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Tema:</b> Direitos Humanos / Igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência  <b>Ementa:</b> Altera as Leis nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para determinar igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência.  <b>Resumo:</b> Altera as Leis nº 13.146, e nº 8.742, para determinar igualdade de direitos entre os portadores de doença grave e as pessoas com deficiência.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 22/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.  <b>Situação Atual:</b> 24/04/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Celina Leão (PP/DF) / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)



**PL 1022/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Flordelis (PSD/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes

**Ementa:** Altera a Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica.

**Resumo:** Altera a Lei n.º 4.117, para estabelecer a obrigatoriedade de exibição de mensagens educativas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na mídia eletrônica.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 28/03/2019 - CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

11/12/2019 - CCTCI / Dep. Julio Cesar Ribeiro (PRB/DF) / [Pela aprovação deste, do PL 1591/2019, do PL 2184/2019, do PL 2466/2019, do PL 5112/2019, do PL 3537/2019, do PL 2185/2019, do PL 2818/2019, e do PL 2828/2019, apensados, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 20/12/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 722/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

André Fufuca (PP/MA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1004/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Graduação proporcional nas contribuições da OAB

**Ementa:** Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

**Resumo:** Estabelece graduação proporcional nos valores das contribuições de interesse das categorias profissionais, cobradas pelos conselhos profissionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/05/2011 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 03/04/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA) / Proposição apensada ao PL 1004/2011.

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)



**PL 1248/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Geninho Zuliani (DEM/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / pagamento de pena pecuniária possa ser destinado ao fundo gerido pelo CONANDA

**Ementa:** Acrescenta o dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, - Lei dos juizados especiais para estabelecer que o pagamento de pena pecuniária possa ser destinado ao fundo gerido pelo CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao fundo gerido pelo CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou pelo CMDCA -Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a depender da competência da justiça.

**Resumo:** Acrescenta o dispositivo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, - Lei dos juizados especiais para estabelecer que o pagamento de pena pecuniária possa ser destinado ao fundo gerido pelo CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao fundo gerido pelo CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou pelo CMDCA -Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, a depender da competência da justiça.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/04/2019 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 05/04/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 1214/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Erika Kokay (PT/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Tema:** Relações de Trabalho / Regulamentação da profissão de psicólogo

**Ementa:** Acrescenta artigo à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.

**Resumo:** Acrescenta artigo à Lei nº 4.119, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até trinta horas semanais.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 21/11/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Pedro Westphalen (PP/RS) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público



**PL 1196/2019 - SENADO**

Marcos do Val (PPS/ES)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena**Ementa:** Altera o art. 242 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.**Resumo:** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para inserir hipótese de aumento de pena.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/02/2019 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

08/08/2019 - CDH / Sen. Eduardo Girão (PODEMOS/CE) / Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta.

**Situação Atual:** 05/09/2019 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 1125/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Otto Alencar Filho (PSD/BA)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Proposição Principal:**

PL 604/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Estabelecer responsabilidades aos adolescentes estudantes**Ementa:** Acrescenta o Art. 53-A a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", com o intuito de estabelecer responsabilidades aos adolescentes estudantes.**Resumo:** Acrescenta o Art. 53-A a Lei nº. 8.069, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", com o intuito de estabelecer responsabilidades aos adolescentes estudantes.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/02/2019 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CE - Comissão de Educação, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Situação Atual:** 16/08/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. João H. Campos (PSB/PE) / Proposição apensada ao PL 604/2011.**Próximos Passos:** Plenário**PL 1153/2019 - SENADO**

Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Tema:** Esporte e Lazer / Institui normas gerais sobre desporto**Ementa:** Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base.**Resumo:** Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/02/2019 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**21/05/2019 - CE / Sen. Romário (PODEMOS/RJ) / [Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.](#)**Situação Atual:** 22/05/2019 - PLEN / Aberto prazo para apresentação de recurso / Relator não informado / Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**RIC 174/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Paulo Pimenta (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Direitos Humanos / Impedimento das atividades do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

**Ementa:** Requer informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, sobre o impedimento das atividades do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

**Resumo:** Requer informações à Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, sobre o impedimento das atividades do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/02/2019 - MESA - CD - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 12/03/2019 - MESA - CD / Pronta para a pauta / Dep. Marcos Pereira (PRB/SP) / [Pela aprovação.](#)

**Próximos Passos:** Arquivo

**PL 1120/2019 - SENADO**

Lasier Martins (PODE/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Inclusão da Defensoria Pública no acesso ao cadastro de criança ou adolescente submetido a proteção

**Ementa:** Altera o art. 101 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.

**Resumo:** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, para incluir a Defensoria Pública como legitimada a ter acesso ao cadastro da criança ou adolescente submetido a medida de proteção.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/02/2019 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 11/03/2020 - CDH / Pronta para a pauta / Sen. Soraya Thronicke (PSL/MS) / Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



**PL 1171/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Dr. Jaziel (PR/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 1549/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5731/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Proibição do desenvolvimento de programa EAD em Cursos da área da saúde

**Ementa:** Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

**Resumo:** Dá nova redação ao artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação para proibir o incentivo e o desenvolvimento de programas de ensino à distância em cursos da área da saúde, em todos os níveis e modalidades.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 18/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 26/11/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Dr. Zacharias Calil (DEM/GO) / Pela aprovação dos Projetos de Lei nº 1.171, de 2019, e nº 1.549, de 2019, nos termos do Substitutivo anexo, e pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 5.731, de 2019.

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 1189/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Natália Bonavides (PT/RN)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7180/2014 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Programa Educação Democrática

**Ementa:** Institui o programa "Educação Democrática".

**Resumo:** Institui o programa "Educação Democrática".

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/05/2016 - CESP - Comissão Especial - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/02/2019 - CESP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 7180/2014.

**Próximos Passos:** Senado Federal



<p><b>PL 1168/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Vilson da Fetaemg (PSB/MG)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente</p> <p><b>Ementa:</b> Altera o art. 3º da Lei 8.242 de 12 de outubro de 1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera o art. 3º da Lei 8.242 de 12 de outubro de 1991 que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 19/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 24/04/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Policial Katia Sastre (PL/SP) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)</p>
<p><b>PL 1239/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p> <p><b>Proposição Principal:</b> PL 5941/2013 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p><b>Tema:</b> Administração Pública / Ideologia de Gênero</p> <p><b>Ementa:</b> Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valoração da IDEOLOGIA DE GÊNERO.</p> <p><b>Resumo:</b> Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valoração da IDEOLOGIA DE GÊNERO.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 27/02/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CCULT - Comissão de Cultura, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 31/01/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 5941/2013.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Cultura</p>
<p><b>PEC 8/2019 - SENADO</b></p> <p>Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Saúde / Assistência à saúde das gestantes</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal.</p> <p><b>Resumo:</b> Acrescenta o inciso IX ao art. 200 da Constituição Federal, para disponibilizar, às gestantes, equipe multiprofissional composta pelo menos por Pediatra, Ginecologista, Obstetra, Enfermeiros e Psicólogo, para atenção integral durante o período do pré-natal, parto e o pós-parto."</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 20/02/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 27/11/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Plenário</p>



<p><b>PL 974/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Flávia Morais (PDT/GO)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p> <p><b>Proposição Principal:</b> PL 237/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p><b>Tema:</b> Relações de Trabalho / Trabalho em creches ou instituições análogas</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a exigência de apresentação de atestado de sanidade mental e certidões negativas de antecedentes criminais para o trabalho em creches ou instituições análogas.</p> <p><b>Resumo:</b> Dispõe sobre a exigência de apresentação de atestado de sanidade mental e certidões negativas de antecedentes criminais para o trabalho em creches ou instituições análogas.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 14/02/2019 - CE - Comissão de Educação , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de C C J C - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 15/04/2019 - C E / Aguardando parecer / Dep. Roberto de Lucena (PODE/SP) / Proposição apensada ao PL 237/2019.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público</p>
<p><b>PL 860/2019 - SENADO</b></p> <p>Alessandro Vieira (PPS/SE)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Discriminação motivas por questões de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para definir e punir os crimes resultantes da intolerância, discriminação ou do preconceito por sexo, orientação sexual e identidade de gênero.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 19/02/2019 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 22/03/2019 - CDH / Aguardando parecer / Sen. Mailza Gomes (PP/AC) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</p>
<p><b>PL 877/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Talíria Petrone (PSOL/RJ)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Violência contra a Mulher / Divulgação do Dique 180</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a lei 10.714/2003, com o objetivo de ampliar a divulgação do Disque 180.</p> <p><b>Resumo:</b> As sanções deverão contemplar o objetivo de divulgação do Disque 180 e a perspectiva pedagógica de conscientização da sociedade em relação à violência contra a mulher.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 28/02/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CCTCI - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 17/12/2019 - CMULHER / Pronta para a pauta / Dep. Tabata Amaral (PDT/SP) / <a href="#">Pela aprovação do Projeto de Lei nº 877/2019 e do PL nº 2.697/2019, apensado, com Substitutivo.</a></p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática</p>



**PL 715/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Marília Arraes (PT/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Violência contra a Mulher / Assistência psicológica e social para mulher vítima de agressão**Ementa:** Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.**Resumo:** Estabelece a prioridade de atendimento no serviço de assistência psicológica e social e a preferência no atendimento de cirurgia plástica reparadora, pelo Sistema Único de Saúde - SUS, para mulher vítima de agressão, da qual resulte dano a sua integridade física ou estética.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 08/03/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**02/10/2019 - CSSF / Dep. Alexandre Padilha (PT/SP) / [Pela aprovação.](#)15/05/2019 - CMULHER / Dep. Benedita da Silva (PT/RJ) / [Pela aprovação.](#)**Situação Atual:** 10/10/2019 - CFT / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)**REQ 526/2019 PLEN -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS - -**

João Roma - PRB/BA

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Datas comemorativas e Homenagens / Dia Internacional da Pessoa com Deficiência**Ementa:** Requer a realização de Sessão Solene para Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.**Resumo:** Requer a realização de Sessão Solene para Comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 20/02/2019 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.**Situação Atual:** 20/02/2019 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**PL 3503/2004 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Senado Federal - José Sarney  
(PMDB/AP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 796/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Direitos Humanos / criação do Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos

**Ementa:** Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav), além de outras providências.

**Resumo:** Define os direitos das vítimas de ações criminosas e regulamenta o art. 245 da Constituição Federal, para criar o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos (Funav), além de outras providências.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 13/08/2015 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 21/12/2018 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PDC 1041/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Sergio Souza (MDB/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Política Indigenista / Identificação de Terra Indígena Tekohá Guasu Guavirá

**Ementa:** Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Altônia, Guaíra e Terra Roxa no Estado do Paraná.

**Resumo:** Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Altônia, Guaíra e Terra Roxa no Estado do Paraná.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/10/2018 - CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 21/03/2019 - CAPADR / Aguardando parecer / Dep. Pedro Lupion (DEM/PR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Direitos Humanos e Minorias



**PL 275/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Rubens Otoni

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposições Apensadas:**

PL 1041/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 656/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Administração Pública / Cursos de reciclagem**Ementa:** Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militar bem como nos cursos de reciclagem**Resumo:** Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 667, de 1969, para tornar obrigatória a realização de exames psicológicos para ingresso e permanência nos quadros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiro Militar bem como nos cursos de reciclagem.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 21/02/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**12/11/2019 - CSSF / Dep. Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC) / [Pela aprovação deste, do PL 656/2019, e do PL 1041/2019, apensados, com substitutivo.](#)**Situação Atual:** 18/02/2020 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado**PL 1535/2019 - SENADO**

Leila Barros (PSB/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Criança e Adolescente / Atenção ao adotado**Ementa:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.**Resumo:** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/03/2019 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**25/09/2019 - CDH / Sen. Acir Gurgacz (PDT/RO) / [Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta.](#)**Situação Atual:** 09/10/2019 - MESA - SF / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 1545/2019 - SENADO**

Marcos do Val (PPS/ES)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Tema:** Criança e Adolescente / Abandono material e intelectual de criança ou de adolescente**Ementa:** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 8.069, de 6 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o abandono material e intelectual de criança ou de adolescente.**Resumo:** Altera o Código Penal, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre o abandono material e intelectual de criança ou de adolescente.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/03/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 07/02/2020 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Rodrigo Pacheco (DEM/MG) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 226/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Roberto de Lucena

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 851/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Tema:** Direitos Humanos / Obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à mulher e do Serviço de Denúncia**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.**Resumo:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 11/02/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CDEICS - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

17/12/2019 - CMULHER / Dep. Daniela Do Waguinho (MDB/RJ) / [Pela aprovação do Projeto de Lei nº 226/2019 e dos Projetos de Lei nºs 464/2019, 851/2019, 2.940/2019 e 3.793/2019, apensados, com Substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 17/12/2019 - CDHM / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

**PL 1697/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

José Medeiros (PODE/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7420/2006 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Criança e Adolescente / Maus-tratos contra criança ou adolescente

**Ementa:** Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

**Resumo:** Altera o art. 245 da Lei nº 8.069, para aumentar o valor da multa a ser aplicada ao médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/04/2011 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 20/03/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 7420/2006.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 1612/2019 - SENADO**

Styvenson Valentim (PODE/RN)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Trânsito / Código de Trânsito Brasileiro / Programa educativo sobre álcool e outras drogas

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.

**Resumo:** Altera a Lei nº 9.503, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 20/03/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 10/02/2020 - CCJ / Pronta para a pauta / Sen. Fabiano Contarato (REDE/ES) / [Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.](#)

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**REQ 1007/2019 PLEN -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS - -**

Joenia Wapichana - REDE/RR

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Política Indigenista / Frente Parlamentar Mista em Defesa do Direito dos Povos Indígenas

**Ementa:** Requerimento para registro da FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DO DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS

**Resumo:** Requerimento para registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Direito dos Povos Indígenas.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 28/03/2019 - PLEN - Plenário - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 28/03/2019 - PLEN / Pronta para a pauta / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 1878/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

José Medeiros (PODE/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1616/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Presença de profissionais da área de saúde de psicologia na educação básica

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.

**Resumo:** Altera a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 18/04/2017 - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1616/2011.

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 1885/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

José Medeiros (PODE/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7050/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Conselhos Profissionais / Sustação da obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.906, e a Lei nº 12.514, para dispor sobre a não obrigatoriedade de pagamento de anuidade à Ordem dos Advogados do Brasil e aos conselhos de fiscalização profissional.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/09/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 09/05/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Mauro Nazif (PSB/RO) / Proposição apensada ao PL 7050/2017.

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa



**PL 5941/2013 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Anderson Ferreira (PR/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 1239/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Administração Pública / Uso indevido de drogas ou à prática de crime contra a dignidade sexual

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet, para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.

**Resumo:** Altera a Lei nº 8.666, e a Lei nº 8.313, (Lei Rouanet), para vedar o uso de recursos públicos em práticas que importem induzimento ou instigação de terceiros ao uso indevido de drogas ou à prática de crimes contra a dignidade sexual.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 29/07/2015 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CCULT - Comissão de Cultura, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 23/12/2019 - CTASP / Aberto prazo para apresentação de emendas / Dep. Lucas Gonzalez (NOVO/MG) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Cultura

**PLS 649/2015 - SENADO**

Davi Alcolumbre (DEM/AP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Relações de Trabalho / Obriga o psiquiatra e/ou psicólogo conceder atestado por incapacidade temporária para o trabalho

**Ementa:** Estabelece a obrigatoriedade do psicólogo e/ou psiquiatra informar ao empregador de paciente atestado incapaz temporariamente para o trabalho em razão de comprometimento da saúde mental.

**Resumo:** Obriga o médico psiquiatra e/ou psicólogo que conceder atestado por incapacidade temporária para o trabalho em razão de comprometimento da saúde mental do trabalhador a informar ao empregador os motivos que o justificaram.

**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 29/09/2015 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 17/11/2015 - CAS / Aguardando parecer / Sen. Humberto Costa (PT/PE) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados



<p><b>PL 2084/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Soraya Santos (PR/RJ)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Sindical / Obrigatoriedade de 30% de participação feminina na composição de entidades de representação civil</p> <p><b>Ementa:</b> Toma obrigatória a participação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de mulheres na composição de entidades de representação civil.</p> <p><b>Resumo:</b> Toma obrigatória a participação de, no mínimo, 30% de mulheres na composição de entidades de representação civil, tais como OSCIPs, sindicatos, fundações e associações.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 15/04/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>26/06/2019 - CMULHER / Dep. Flávia Arruda (PL/DF) / <a href="#">Pela aprovação.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 05/12/2019 - CTASP / Pronta para a pauta / Dep. Flávia Moraes (PDT/GO) / <a href="#">Pela aprovação, com Substitutivo.</a></p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)</p>
<p><b>PL 2157/2019 - SENADO</b></p> <p>Styvenson Valentim (PODE/RN)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Política Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas, Tabaco e outras Drogas nas Escolas</p> <p><b>Ementa:</b> Institui a Política Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas.</p> <p><b>Resumo:</b> Institui a Política Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e outras Drogas nas Escolas (PPDE), com a finalidade de contribuir para a prevenção do uso de drogas por estudantes.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 09/04/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania , CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 06/08/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Educação, Cultura e Esporte</p>
<p><b>PL 2478/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Julian Lemos (PSL/PB)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p> <p><b>Proposição Principal:</b> PL 1616/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Obrigação de psicólogo educacional nas instituições de ensino do país</p> <p><b>Ementa:</b> Designa a obrigatoriedade de psicólogo educacional em todas as instituições de ensino no país.</p> <p><b>Resumo:</b> Toma obrigatória à contratação de psicólogos para seu quadro de servidores, com profissionais da psicologia educacional, em todas as instituições de ensino no país.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 18/04/2017 - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1616/2011.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Educação</p>



**PL 2550/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

André Ferreira (PSC/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1111/2019 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Inclusão de fisioterapeutas e psicólogos nas equipes de Saúde da Família

**Ementa:** Determina que as equipes de Saúde da Família tenham em sua composição pelo menos um fisioterapeuta e um psicólogo

**Resumo:** Determina que as equipes de Saúde da Família tenham em sua composição pelo menos um fisioterapeuta e um psicólogo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 11/11/2019 - CFT / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1111/2019.

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 1111/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Célio Studart (PV/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 2550/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Inclusão de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família

**Ementa:** Determina a inclusão obrigatória de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família.

**Resumo:** Determina a inclusão obrigatória de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais nas equipes da Estratégia Saúde da Família.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/03/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

30/10/2019 - CSSF / Dep. Eduardo Braide (PMN/MA) /  
[Pela aprovação deste, e do PL 2550/2019, apensado, com substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 11/11/2019 - CFT / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 2808/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Edna Henrique (PSDB/PB)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6757/2010 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Relações de Trabalho / Assistência psicológica a mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional

**Ementa:** Impõe aos órgãos e entidades da administração pública a obrigação de assegurar assistência psicológica de caráter sigiloso a mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional em razão do gênero a que pertencem, e dá outras providências.

**Resumo:** Impõe aos órgãos e entidades da administração pública a obrigação de assegurar assistência psicológica de caráter sigiloso a mulheres vítimas de assédio no ambiente profissional em razão do gênero a que pertencem, e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/11/2015 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 23/04/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE/GO) / Proposição apensada ao PL 6757/2010.

**Próximos Passos:** Comissão de Seguridade Social e Família

**PL 2927/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Márcio Jerry (PCdoB/MA)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Tema:** Direitos Humanos / Programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal

**Ementa:** Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.

**Resumo:** Assegura às pessoas que mantenham união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 03/06/2019 - CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias, CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 12/11/2019 - CDHM / Aguardando parecer / Dep. Carlos Veras (PT/PE) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Desenvolvimento Urbano

**PL 2737/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

André Ferreira (PSC/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Saúde / Prioridade de atendimento social, psicológico e médico às mulheres vítimas de violência

**Ementa:** Altera as Leis nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, e nº 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência

**Resumo:** Altera as Leis nº 11.340 e nº 3.239, para estabelecer prioridade de atendimento social, psicológico e médio a mulheres vítimas de violência.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 16/05/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Histórico de Tramitação:**

21/08/2019 - CMULHER / Dep. Norma Ayub (DEM/ES) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 15/10/2019 - CSSF / Pronta para a pauta / Dep. Luiz Lima (PSL/RJ) / [Pela aprovação, com emenda.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 2916/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Mário Heringer (PDT/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6022/2013 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Direitos Humanos / Encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais

**Ementa:** Determina o encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais de Psiquiatria e Psicologia, com prioridade de atendimento, e dá outras providências.

**Resumo:** Determina o encaminhamento de vítimas de violência sexual para os serviços ambulatoriais de Psiquiatria e Psicologia, com prioridade de atendimento, e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 21/08/2013 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 31/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 6022/2013.

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade)

**PL 2806/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Gustinho Ribeiro  
(SOLIDARI/SE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1616/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental e rede pública

**Ementa:** Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.

**Resumo:** Determina a presença de psicólogos em escolas de ensino fundamental da rede pública.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** Data não informada - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição pensada ao PL 1616/2011.

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 2709/2019 - SENADO**

Romário (PODE/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Direitos Humanos / Estabelecer regras transitória de reconhecimento da pessoa com deficiência

**Ementa:** Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.

**Resumo:** Altera a Lei nº 13.146, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 08/05/2019 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 10/07/2019 - CDH / Pronta para a pauta / Sen. Paulo Paim (PT/RS) / Pela aprovação do Projeto.

**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados

**PL 2693/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Lafayette de Andrada (PRB/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 6567/2013 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Política Nacional de Atendimento à Gestante

**Ementa:** Institui a Política Nacional de Atendimento à Gestante.

**Resumo:** Institui a Política Nacional de Atendimento à Gestante.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 30/06/2017 - CE - Comissão de Educação , CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 26/04/2019 - CE / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Lincoln Portela (PL/MG) / Proposição apensada ao PL 6567/2013.

Pela aprovação do PL nº 6.567, de 2013 e de todos os projetos de lei a ele apensados, PL nº 5.304/2013, PL nº 5.656/2013, PL nº 6.062/2013, PL nº 6.888/2013, PL nº 7.277/2014, PL nº 7.633/2014, PL nº 3.455/2015, PL nº 3.465/2015, PL nº 3.569/2015, PL nº 4.126/2015, PL nº 4.662/2016, PL nº 4.996/2016, PL nº 7.867/2017, PL nº 8.219/2017, PL nº 9.372/2017, PL nº 9.749, de 2018, PL nº 10.209/2018 e PL nº 10.987, de 2018, na forma do substitutivo.

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

**PL 2777/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Talíria Petrone (PSOL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 2653/2019 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Administração Pública / Dados sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança pública

**Ementa:** Estabelece a necessidade de coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança pública.

**Resumo:** Estabelece a necessidade de coleta, processamento de dados e formação de estatísticas sobre a população LGBT nos serviços de saúde, assistência social e segurança pública.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/05/2019 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 24/05/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Proposição apensada ao PL 2653/2019.

**Próximos Passos:** Comissão Especial



<p><b>PL 1771/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Professora Dayane Pimentel (PSL/BA)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Criança e Adolescente / Direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que "Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)."</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 13.431, que "Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, (Estatuto da Criança e do Adolescente)."</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 10/04/2019 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Histórico de Tramitação:</b></p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>26/06/2019 - CSSF / Dep. Dra. Soraya Manato (PSL/ES) / <a href="#">Pela aprovação.</a></p></div> <p><b>Situação Atual:</b> 27/11/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Felipe Francischini (PSL/PR) / <a href="#">Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.</a></p> <p><b>Próximos Passos:</b> Senado Federal</p>
<p><b>PLS 482/2018 - SENADO</b></p> <p>CPI dos Maus-tratos</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir a presença de profissionais da área de psicologia no quadro funcional dos estabelecimentos de educação básica.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 20/12/2018 - CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 17/02/2020 - CE / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Plenário</p>
<p><b>PL 2587/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Pastor Sargento Isidório (AVANTE/BA)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Crítica</p>	<p><b>Tema:</b> Profissionais Liberais / Regulamentação da profissão de Psicólogo</p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 4.119, de 1962, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo para permitir o atendimento a casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual.</p> <p><b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 4.119, que dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo para permitir o atendimento a casos de problemas de ajustamento e transtornos psicológicos, inclusive os relacionados a identidade de gênero e à orientação sexual.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 03/06/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 04/06/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Comissão de Seguridade Social e Família</p>



**PL 2653/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

David Miranda (PSOL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposições Apensadas:**

PL 2777/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Direitos Humanos / Proteção de pessoas em situação de violência

**Ementa:** Dispõe sobre a proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais.

**Resumo:** Dispõe sobre a proteção de pessoas em situação de violência baseada na orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero ou características biológicas ou sexuais.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/05/2019 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 24/05/2019 - MESA - CD / Aguardando instalação de comissão especial / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PL 3426/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

José Ricardo (PT/AM)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1616/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas na rede pública e privada

**Ementa:** Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, a atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.

**Resumo:** Acrescenta parágrafo único ao art. 12 da Lei nº 9.394 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), para assegurar, nos estabelecimentos de ensino, da rede pública e privada de educação básica, atuação profissional de assistentes sociais, psicólogos (as) e nutricionistas.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 18/04/2017 - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1616/2011

**Próximos Passos:** Comissão de Educação



**PL 3517/2019 - SENADO****Tema:** Educação / Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)

Câmara dos Deputados

**Ementa:** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Resumo:** Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 19/06/2019 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos , CAS - Comissão de Assuntos Sociais , CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**10/09/2019 - CAE / Sen. Confúcio Moura (MDB/RO) / [Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados.](#)**Situação Atual:** 22/11/2019 - CAS / Pronta para a pauta / Sen. Mara Gabrilli (PSDB/SP) / [Favorável ao Substitutivo da Câmara nº 402, de 2008, ao PL nº 3517, de 2019.](#)**Próximos Passos:** Plenário**PL 3723/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS****Tema:** Segurança / Reforma do Estatuto do Desarmamento / Porte de Arma

Poder Executivo

**Ementa:** Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Resumo:** Altera a Lei nº 10.826, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 14/08/2019 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.**Histórico de Tramitação:**05/11/2019 - PLEN / Dep. Alexandre Leite (DEM/SP) / [Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Alexandre Leite \(DEM/SP\).](#)**Situação Atual:** 07/11/2019 - MESA - CD / Aguardando remessa a outra Casa / Relator não informado / [Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 1.302/19/SGM-P.](#)**Próximos Passos:** Senado Federal

**PEC 108/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Poder Executivo

**Categoria da Proposição:**  
Crítica

**Tema:** Conselhos Profissionais / Disposição sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais

**Ementa:** Dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais.

**Resumo:** Torna facultativa a necessidade de inscrição nos conselhos profissionais para o exercício da profissão, exceto se a ausência de regulação caracterizar risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social. Além disso, afasta a equiparação dos conselhos profissionais às entidades autárquicas, de modo que passem a ser regidos pela legislação trabalhista.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/08/2019 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade), CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 02/10/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Edio Lopes (PL/RR) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão Especial

**PL 4026/2019 - SENADO**

Arolde de Oliveira (PSD/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Sindical / CLT / Restrições ao Financiamento Sindical

**Ementa:** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as contribuições destinadas ao sustento das entidades sindicais, inclusive a contribuição sindical, e revoga dispositivo da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**Resumo:** Altera a CLT e revoga a alínea 'c' do art. 240 da Lei nº 8.112, para restringir a forma de financiamento sindical dos trabalhadores do setor privado e do serviço público. A revogação da alínea 'c' do art. 240, do regime jurídico dos servidores públicos, tem o objetivo de acabar com o desconto em folha das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria. Por sua vez, as alterações promovidas à CLT possuem os seguintes objetivos gerais: i) impedir que seja estabelecida contribuição sindical sem prévia e expressa autorização do empregado ou da empresa para pagamento, sendo vedado o estabelecimento de contribuição sindical compulsória, ainda que aprovada em assembleia ou realizada por acordo coletivo; ii) estabelecer que somente filiados ao sindicato podem ser exigidos a pagar contribuição confederativa, mensalidade da entidade ou qualquer outra estabelecida por estatuto ou norma coletiva; e iii) determinar que a contribuição sindical autorizada (expressamente e por escrito) seja paga por boleto bancário enviado à casa do representado

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 10/07/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de CAS - Comissão de Assuntos Sociais - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 27/11/2019 - CCJ / Aguardando a designação de relator / Sen. A Designar (/) /

**Próximos Passos:** Comissão de Assuntos Sociais



**PL 3492/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Carla Zambelli (PSL/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Homicídio contra criança / Ideologia de gênero

**Ementa:** Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.

**Resumo:** Altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/06/2019 - CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 04/12/2019 - CCJC / Pronta para a pauta / Dep. Pedro Lupion (DEM/PR) / [Pela aprovação dos projetos, na forma de um substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 3979/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Eduardo Bismarck (PDT/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Conselhos Profissionais / Regulamentação da atuação dos conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas

**Ementa:** Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.

**Resumo:** Regulamenta a atuação das autarquias especiais, isto é, os Conselhos de Classes de Profissões Regulamentadas, destinadas ao controle e fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias profissionais, geridas por profissionais eleitos pelos seus pares.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/08/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 11/09/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Rogério Correia (PT/MG) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)

**Proposições Apensadas:**

PL 856/2020 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**PL 4032/2019 - SENADO****Tema:** Profissionais Liberais / Prestação de contas pela OAB ao TCU, com acesso a informações

Juíza Selma (PSL/MT)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer que a OAB prestará contas ao Tribunal de Contas da União e deverá garantir aos cidadãos o direito fundamental de acesso a informações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**Resumo:** Altera a Lei nº 8.906, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para estabelecer que a OAB prestará contas ao Tribunal de Contas da União e deverá garantir aos cidadãos o direito fundamental de acesso a informações, nos termos da Lei nº 12.527.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 11/07/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 24/03/2020 - PLEN / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Sen. Weverton (PDT/MA) / Aguardando inclusão em Ordem do Dia, do Requerimento nº 125, de 2020, do Senador Weverton, que solicita tramitação conjunta do PL 4.032/2019 com o PL 393/2020.**Próximos Passos:** Câmara dos Deputados**PL 598/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS****Tema:** Educação / Inclusão de conteúdo sobre prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica

Senado Federal - Plínio Valério (PSDB/AM)

**Categoria da Proposição:**

Monitorada

**Ementa:** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.**Resumo:** Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 29/07/2019 - CMULHER - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, CE - Comissão de Educação e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

17/12/2019 - CE / Dep. Mariana Carvalho (PSDB/RO) / [Pela aprovação deste, do PL 852/2019, PL 1447/2019, do PL 3340/2019, do PL 3573/2019, do PL 3574/2019, do PL 4318/2019 e do PL 4589/2019, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.](#)

16/10/2019 - CMULHER / Dep. Luisa Canziani (PTB/PR) / [Pela aprovação do Projeto de Lei nº 598/2019 e dos Projetos de Lei nºs 852/2019, 1447/2019, 3340/2019, 3573/2019, 3574/2019, 4318/2019, 4589/2019, apensados, com Substitutivo.](#)

**Situação Atual:** 18/12/2019 - CCJC / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Senado Federal**Proposições Apensadas:**

PL 852/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PL 1705/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Erika Kokay (PT/DF)

**Categoria da Proposição:**  
Crítica

**Proposição Principal:**  
PL 7419/2006 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Autonomia profissional do psicólogo

**Ementa:** Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a autonomia profissional do psicólogo.

**Resumo:** Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a autonomia profissional do psicólogo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 06/05/2019 - CESP - Comissão Especial e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Urgência Urgentíssima - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 02/08/2019 - PLEN / Tramitação simultânea nas comissões e em plenário / Dep. A Designar (I) / Proposta foi apensada a cadeia de proposições do PL 7419/2006.

**Próximos Passos:** Senado Federal

**PL 4565/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Alexandre Padilha (PT/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Segurança / Atualização do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

**Ementa:** Atualiza a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e dá outras providências.

**Resumo:** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, prescreve medidas para prevenção ao uso e redução de danos do uso problemático e da dependência em drogas ilícitas e ilícitas e estabelece normas para repressão à sua produção e comercialização que sejam lesivas à saúde pública.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 26/08/2019 - CSSF - Comissão de Segurança Social e Família, CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 18/09/2019 - CSSF / Aguardando parecer / Dep. Eduardo Costa (PTB/PA) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

**PDL 113/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Paulo Pimenta (PT/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Administração Pública / Susta o Decreto n.º 9.759 / Diretrizes e regras sobre colegiados

**Ementa:** Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal."

**Resumo:** Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que "Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal."

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/04/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Especial - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Histórico de Tramitação:**

28/08/2019 - CTASP / Dep. Túlio Gadêlha (PDT/PE) / [Pela aprovação do projeto principal e de seus apensados.](#)

**Situação Atual:** 23/01/2020 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Luiz Philippe De Orleans E Bragança (PSL/SP) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 4184/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Roberto de Lucena (PODE/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Proposição Principal:**  
PL 7050/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Isenção de contribuições aos conselhos profissionais aos 65 anos

**Ementa:** Concede isenção de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.

**Resumo:** Concede aos inscritos em ordens associativas de profissões regulamentadas, isenção da respectiva contribuição corporativa a partir dos 65 anos de idade.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/09/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 11/09/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Mauro Nazif (PSB/RO) / Proposição apensada ao PL 313/2019, que foi apensada ao PL 7050/2017

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

**PL 313/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Rubens Otoni (PT/GO)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Proposição Principal:**  
PL 7050/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Profissionais Liberais / Isenção de contribuições aos conselhos profissionais aos 65 anos

**Ementa:** Isenta de contribuições corporativas aos profissionais maiores de 65 anos.

**Resumo:** Concede aos inscritos em ordens associativas de profissões regulamentadas, isenção da respectiva contribuição corporativa a partir dos 65 anos de idade.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/09/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 11/09/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Mauro Nazif (PSB/RO) / Proposição ao PL 7050/2017

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

**PL 4511/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

José Medeiros (PODE/MT)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 7050/2017 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Conselhos Profissionais / Vedação da cobrança de taxa pelo cancelamento de registro em conselhos profissionais

**Ementa:** Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dispõe sobre valores devidos a conselhos profissionais, para vedar a cobrança de taxa pelo cancelamento de registro.

**Resumo:** Altera a Lei nº 12.514, que dispõe sobre valores devidos a conselhos profissionais, para vedar a cobrança de taxa pelo cancelamento de registro.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 25/09/2017 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público , CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 09/05/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Mauro Nazif (PSB/RO) / Proposição apensada ao PL 7050/2017

**Próximos Passos:** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

**PL 4537/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Marreca Filho (PATRIOTA/MA)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 1616/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Educação / Prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica

**Ementa:** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica.

**Resumo:** Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas Escolas públicas de educação básica.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 18/04/2017 - CIDOSO - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa , CE - Comissão de Educação , CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 25/03/2019 - CIDOSO / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 1616/2011

**Próximos Passos:** Comissão de Educação

**PL 4771/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Dra. Soraya Manato (PSL/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Conselhos Profissionais / Disposição do regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais

**Ementa:** Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.

**Resumo:** Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/09/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 23/12/2019 - CTASP / Aberto prazo para apresentação de emendas / Dep. Silvio Costa Filho (PRB/PE) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito)

**PL 4725/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Célio Studart (PV/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 818/2015 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Saúde / Obrigatoriedade da presença de psicólogos nas unidades de saúde de atendimento urgência e emergência

**Ementa:** Torna obrigatória a presença de psicólogos nas unidades de saúde de atendimento de urgência e emergência

**Resumo:** Torna obrigatória a presença de psicólogos nas unidades de saúde de atendimento de urgência e emergência.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 27/03/2015 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 02/01/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 818/2015

**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)



<b>PL 5071/2016 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Datas comemorativas e Homenagens / Homenagem ao Patrono da Psicologia Educacional – Isaías Alves de Almeida <b>Ementa:</b> Declara Isaías Alves de Almeida Patrono da Psicologia Educacional no Brasil. <b>Resumo:</b> Declara Isaías Alves de Almeida Patrono da Psicologia Educacional no Brasil. <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 02/05/2016 - CCULT - Comissão de Cultura e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões. <b>Histórico de Tramitação:</b> 04/12/2019 - CCULT / Dep. Chico D'Angelo (PDT/RJ) / <a href="#">Pela aprovação.</a> <b>Situação Atual:</b> 23/12/2019 - CCJC / Aberto prazo para apresentação de emendas / Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE) / Parecer não informado <b>Próximos Passos:</b> Senado Federal
<b>PL 3723/2019 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Reforma do Estatuto do Desarmamento / Porte de Arma <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983. <b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 10.826, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes. <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 04/12/2019 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário. <b>Situação Atual:</b> 23/10/2020 - CCJ / Aguardando parecer / Sen. Marcos do Val (PODEMOS/ES) / Parecer não informado <b>Próximos Passos:</b> Plenário
<b>PL 6327/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Saúde / Tratamento de dependentes químicos <b>Ementa:</b> Autoriza o sistema único de saúde a estabelecer convênios com entidades que atuam no tratamento de pessoas com dependência química. <b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 11.343, para autorizar o Sistema Único de Saúde a estabelecer convênios com entidades que atuam no tratamento de pessoas com dependência química. <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 15/09/2009 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira), CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário. <b>Situação Atual:</b> 23/04/2018 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 5857/2009 <b>Próximos Passos:</b> Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira)
<b>Proposição Principal:</b> PL 5857/2009 - CÂMARA DOS DEPUTADOS		



**PL 6275/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Norma Ayub (DEM/ES)

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Proposição Principal:**  
PL 2574/2007 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Determinação do atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para determinar o atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais.

**Resumo:** Altera a Lei de Execução Penal, para determinar o atendimento psicológico e psiquiátrico nos estabelecimentos penais.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 17/12/2007 - CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família , CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado , CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 24/07/2019 - CSSF / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Proposição apensada ao PL 2574/2007

**Próximos Passos:** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

**REQ 2/2020 CTASP -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS - -**

Rogério Correia - PT/MG

**Categoria da Proposição:**  
Prioritária

**Tema:** Administração Pública / Audiência Pública para debater a situação do Instituto Nacional de Seguridade (INSS) Social

**Ementa:** Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**Resumo:** Requer a realização de Audiência Pública para debater a situação do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/01/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 24/01/2019 - CTASP / Aguardando a designação de relator / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Localização não informada

**PL 109/2020 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS**

Santini (PTB/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Violência contra a Mulher / Autoriza que o delegado de polícia e o policial determinem ao infrator o seu imediato afastamento

**Ementa:** Autoriza que o delegado de polícia e o policial determinem ao infrator o seu imediato afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, se verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, ainda que se trate de Município sede de comarca.

**Resumo:** Autoriza que o delegado de polícia e o policial determinem ao infrator o seu imediato afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, se verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, ainda que se trate de Município sede de comarca.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 13/02/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 03/03/2020 - MESA - CD / Proposição retirada de tramitação pelo autor / Relator não informado / Retirado o PL n. 109/2020, em razão do deferimento do Requerimento n. 234/2020, nos termos dos arts. 104, caput, e 114, VII, do RICD.

**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

<b>INC 117/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  Sanderson (PSL/RS)  <b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária	<b>Tema:</b> Segurança / Inclusão dos órgãos do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública  <b>Ementa:</b> Sugere a inclusão dos órgãos do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública, e outras providências.  <b>Resumo:</b> Sugere a inclusão dos órgãos do sistema socioeducativo no Sistema Único de Segurança Pública, e outras providências.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 12/03/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.  <b>Situação Atual:</b> 12/03/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
<b>PL 1187/2020 - SENADO</b>  Rose de Freitas (PODEMOS/ES)  <b>Categoria da Proposição:</b> Crítica	<b>Tema:</b> Saúde / Assistência psicológica remota  <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.  <b>Resumo:</b> Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para determinar a assistência psicológica remota para as pessoas em situação de isolamento ou quarentena.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 02/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.  <b>Situação Atual:</b> 02/04/2020 - MESA - SF / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal
<b>PL 1518/2020 - SENADO</b>  Izalci Lucas (PSDB/DF)  <b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária	<b>Tema:</b> Saúde / Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública  <b>Ementa:</b> Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública durante a crise causada pela epidemia de Covid-19.  <b>Resumo:</b> Dispõe sobre o uso do teleatendimento em atividades da área de saúde pública durante a crise causada pela epidemia de Covid-19.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 06/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.  <b>Situação Atual:</b> 06/04/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal



<b>PL 1577/2020 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Direitos Humanos / Política Nacional para a População em Situação de Rua	<b>Despacho Atual:</b> 06/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.
Fabiano Contarato (REDE/ES)	<b>Ementa:</b> Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.	<b>Situação Atual:</b> 06/04/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária	<b>Resumo:</b> Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua.	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 1759/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Saúde / Plano Emergencial de Reversão Produtiva (PERP)	<b>Despacho Atual:</b> 09/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.
Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	<b>Ementa:</b> Dispõe sobre a criação do Plano Emergencial de Reversão Produtiva (PERP) para assegurar a reorganização do setor produtivo e econômico com o objetivo de gerar insumos essenciais que visem a proteção das equipes de saúde e da população frente à pandemia de COVID-19; institui o Fundo Emergencial de Reversão Produtiva e dá outras providências.	<b>Situação Atual:</b> 27/04/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Crítica	<b>Resumo:</b> Dispõe sobre a criação do Plano Emergencial de Reversão Produtiva (PERP) para assegurar a reorganização do setor produtivo e econômico com o objetivo de gerar insumos essenciais que visem a proteção das equipes de saúde e da população frente à pandemia de COVID-19; institui o Fundo Emergencial de Reversão Produtiva.	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 2163/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Saúde / Atendimento psicológico sigiloso e gratuito	<b>Despacho Atual:</b> 14/05/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
David Miranda (PSOL/RJ)	<b>Ementa:</b> Modifica a Lei Nº 13.979, de 6 de Fevereiro de 2020, para determinar aos meios de comunicação a divulgação do serviço "ligue 188", destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	<b>Situação Atual:</b> 14/05/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária	<b>Resumo:</b> Modifica a Lei Nº 13.979, para determinar aos meios de comunicação a divulgação do serviço "ligue 188", destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico, enquanto durar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



**PL 856/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Kim Kataguirí (DEM/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Crítica**Proposição Principal:**  
PL 3979/2019 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Conselhos Profissionais / Suspensão de pagamentos de conselhos profissionais**Ementa:** Institui a suspensão do pagamento dos conselhos de classe em casos de pandemia e estado de calamidade pública.**Resumo:** Institui a suspensão do pagamento dos conselhos de classe em casos de pandemia e estado de calamidade pública.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 01/08/2019 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 11/09/2019 - CTASP / Aguardando parecer / Dep. Rogério Correia (PT/MG) / Proposição apensada ao PL 3979/2019**Próximos Passos:** Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito)**PL 1263/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Júnior Mano (PL/CE)

**Categoria da Proposição:**  
Crítica**Tema:** Conselhos Profissionais / Redução temporária dos valores dos conselhos**Ementa:** Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais.**Resumo:** Reduz temporariamente os valores das anuidades dos conselhos profissionais.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 21/05/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Apreciação não informada.**Situação Atual:** 21/05/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**PL 600/2011 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Augusto Coutinho (DEM/PE)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Saúde / Isenta os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional**Ementa:** Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.**Resumo:** Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 14/04/2011 - CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, CSSF - Comissão de Seguridade Social e Família, CFT - Comissão de Finanças e Tributação (adequação financeira e mérito) e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade) - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Histórico de Tramitação:**

19/08/2015 - CFT / Dep. Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG) / [Pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.](#)

05/11/2014 - CSSF / Dep. Mandetta (DEM/MS) / [Pela aprovação.](#)

28/11/2012 - CTASP / Dep. Flávia Moraes (PDT/GO) / [Pela aprovação.](#)

**Situação Atual:** 29/05/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Hiran Gonçalves (PP/RR) / Parecer não informado**Próximos Passos:** Senado Federal**PL 938/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Proposição Principal:**  
PL 11278/2018 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**Tema:** Conselhos Profissionais / Regras de incentivo e promoção ao voluntariado**Ementa:** Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado**Resumo:** Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.**Despacho Atual:** 08/12/2019 - CE - Comissão de Educação, CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.**Situação Atual:** 04/10/2019 - CE / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Maria Rosas (PRB/SP) / Proposição apensada ao PL 11278/2018**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**PL 5557/2019 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Lucas Gonzalez (NOVO/MG)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 11278/2018 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

**Tema:** Conselhos Profissionais / Regras de incentivo e promoção ao voluntariado

**Ementa:** Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado.

**Resumo:** Alteram os dispositivos da lei Nº 9.608, de 18 de fevereiro 1998 e da lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e estabelece regras de incentivo e promoção ao voluntariado.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 08/02/2019 - CE - Comissão de Educação , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 04/10/2019 - CE / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Maria Rosas (PRB/SP) / **Proposição apensada ao PL 11278/2018**

[Pela aprovação deste e do PL 3368/2019, apensado, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**PL 11278/2018 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Poder Executivo

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Conselhos Profissionais / Política Nacional do Voluntariado

**Ementa:** Institui a Política Nacional do Voluntariado.

**Resumo:** Institui a Política Nacional do Voluntariado.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 08/02/2019 - CE - Comissão de Educação , CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Comissões.

**Situação Atual:** 04/10/2019 - CE / Devolvida ao relator para reexame do parecer / Dep. Maria Rosas (PRB/SP) / [Pela aprovação deste e do PL 3368/2019, apensado, com substitutivo.](#)

**Próximos Passos:** Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**Proposições Apensadas:**

PL 938/2020 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS

PL 5557/2019 - CÂMARA  
DOS DEPUTADOS



**PL 2288/2020 - SENADO**

Mara Gabriilli (PSDB/SP)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Direitos Humanos / Emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus**Ementa:** Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a elaboração de planos emergenciais de proteção dos segmentos mais vulneráveis da população e proibir a adoção de regras que permitam preterir, em relação aos outros pacientes, as pessoas desses segmentos vulneráveis.**Resumo:** Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, para tornar obrigatória a elaboração de planos emergenciais de proteção dos segmentos mais vulneráveis da população e proibir a adoção de regras que permitam preterir, em relação aos outros pacientes, as pessoas desses segmentos vulneráveis.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 29/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.**Situação Atual:** 29/04/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Mesa Diretora do Senado Federal**PL 978/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Talíria Petrone (PSOL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária**Ementa:** Dispõe sobre medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária brasileira após o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia decorrente do alastramento das infecções pelo coronavírus (COVID-19), levando em consideração o elevado risco à sociedade em geral e, em especial, às pessoas em privação de liberdade, aos agentes penitenciários e aos demais servidores vinculados às Secretarias de Administração Penitenciária, demandando medidas urgentes com vistas à preservação dos direitos fundamentais à vida e a saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.**Resumo:** Dispõe sobre medidas penais, processuais penais e socioeducativas emergenciais a respeito da população carcerária brasileira após o decreto da Organização Mundial da Saúde (OMS) de pandemia decorrente do alastramento das infecções pelo coronavírus (COVID-19), levando em consideração o elevado risco à sociedade em geral e, em especial, às pessoas em privação de liberdade, aos agentes penitenciários e aos demais servidores vinculados às Secretarias de Administração Penitenciária, demandando medidas urgentes com vistas à preservação dos direitos fundamentais à vida e a saúde, nos termos da Constituição Federal de 1988.**Último Posicionamento:**

Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 24/03/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.**Situação Atual:** 24/03/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**PL 2149/2020 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Paulo Eduardo Martins  
(PSC/PR)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Proposição Principal:**  
PL 2053/2011 - CÂMARA DOS  
DEPUTADOS

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Concessão de prisão domiciliar

**Ementa:** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), proibindo a concessão de prisão domiciliar ou qualquer outra medida alternativa ao preso acusado ou condenado por crime hediondo ou membro de facção ou de organização criminosa, em decorrência de surto, epidemia, pandemia, endemia ou situação assemelhada.

**Resumo:** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), proibindo a concessão de prisão domiciliar ou qualquer outra medida alternativa ao preso acusado ou condenado por crime hediondo ou membro de facção ou de organização criminosa, em decorrência de surto, epidemia, pandemia, endemia ou situação assemelhada.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 12/09/2011 - CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (constitucionalidade e mérito) e de PLEN - Plenário - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.

**Situação Atual:** 02/07/2019 - CCJC / Aguardando parecer / Dep. Alexandre Leite (DEM/SP) / Proposição apensada ao PL 2053/2011

**Próximos Passos:** Plenário

**PL 1331/2020 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Sanderson (PSL/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar

**Ementa:** Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil.

**Resumo:** Veda as concessões de liberdade provisória ou de prisão domiciliar aos presos ou aos internados recolhidos aos estabelecimentos penais ou socioeducativos, motivadas pela pandemia do coronavírus (COVID-19) no Brasil.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 31/03/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 31/03/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados



**PDL 135/2020 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Marcel van Hattem (NOVO/RS)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19

**Ementa:** Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

**Resumo:** Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 01/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 01/04/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**PDL 145/2020 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Chris Tonietto (PSL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19

**Ementa:** Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

**Resumo:** Susta os efeitos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - COVID-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 09/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 09/04/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados



<b>PDL 185/2020 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Medidas preventivas à expansão do Covid-19	<b>Despacho Atual:</b> 30/04/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.
Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	<b>Ementa:</b> Susta parcialmente os efeitos da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 17 de março de 2020, com relação aos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, que enunciam recomendações ao Poder Judiciário acerca de medidas preventivas à expansão do Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	<b>Situação Atual:</b> 30/04/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Susta parcialmente os efeitos da Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 17 de março de 2020, com relação aos arts. 2º, 3º, 4º e 5º, que enunciam recomendações ao Poder Judiciário acerca de medidas preventivas à expansão do Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 2955/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>Tema:</b> Saúde / Serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde	<b>Despacho Atual:</b> 28/05/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.
Bira do Pindaré (PSB/MA)	<b>Ementa:</b> Acrescenta o § 8º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a disponibilização serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde envolvidos nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	<b>Situação Atual:</b> 28/05/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Resumo:</b> Acrescenta o § 8º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir a disponibilização serviços de atenção psicossociais aos profissionais de saúde envolvidos nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	
<b>PL 2140/2020 - SENADO</b>	<b>Tema:</b> Jurídico - Direito Penal e Proc. Penal / Tipificação da apologia à tortura	<b>Despacho Atual:</b> 10/06/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.
Rogério Carvalho (PT/SE)	<b>Ementa:</b> Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.	<b>Situação Atual:</b> 10/06/2020 - MESA - SF / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Sen. A Designar (/) / Parecer não informado
<b>Categoria da Proposição:</b> Crítica	<b>Resumo:</b> Altera o Código Penal para criminalizar a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no país.	<b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal
	<b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	



<p><b>PL 3080/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Alexandre Frota (PSDB/SP)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Crítica</p>	<p><b>Tema:</b> Saúde / Transtorno do Espectro Autismo</p> <p><b>Ementa:</b> "Institui a política pública nacional para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autismo, e dá outras providências."</p> <p><b>Resumo:</b> Institui a política pública nacional para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autismo.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 12/06/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Apreciação não informada.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 12/06/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados</p>
<p><b>PDL 249/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Fernanda Melchionna (PSOL/RS)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Crítica</p>	<p><b>Tema:</b> Saúde / Susta os efeitos da Portaria 1.325 / Medidas terapêuticas</p> <p><b>Ementa:</b> Susta os efeitos da Portaria 1325, de 18 de maio de 2020, que revoga o capítulo III do anexo XVIII da Portaria de Consolidação no. 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito da PNAISP.</p> <p><b>Resumo:</b> Susta os efeitos da Portaria 1325, de 18 de maio de 2020, que revoga o capítulo III do anexo XVIII da Portaria de Consolidação no. 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito da PNAISP.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 03/06/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Prioridade - Proposição Sujeita a apreciação em Plenário.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 29/06/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados</p>
<p><b>PL 3479/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Delegado Marcelo Freitas (PSL/MG)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Estudo de psicologia na lei de diretrizes e bases da educação</p> <p><b>Ementa:</b> Acrescenta dispositivos ao artigo 35-A, da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, de forma a incluir o estudo de psicologia aos currículos do ensino médio.</p> <p><b>Resumo:</b> Acrescenta dispositivos ao artigo 35-A, da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, de forma a incluir o estudo de psicologia aos currículos do ensino médio.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 24/06/2020 - Comissões não informadas - Regime de Tramitação: Ordinário - Proposição Sujeita a apreciação em Apreciação não informada.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 03/07/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados</p>



<b>PDL 440/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  Célio Studart (PV/CE)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Tema:</b> Educação / Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida  <b>Ementa:</b> Susta a aplicação do Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que Institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”.  <b>Resumo:</b> Susta a aplicação do Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que Institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 05/10/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.  <b>Situação Atual:</b> 05/10/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
<b>PDL 441/2020 - SENADO</b>  Paulo Rocha (PT/PA)  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Tema:</b> Educação / Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida  <b>Ementa:</b> Susta o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.  <b>Resumo:</b> Susta o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 05/10/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.  <b>Situação Atual:</b> 05/10/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora do Senado Federal
<b>MSC 559/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>  Poder Executivo  <b>Categoria da Proposição:</b> Monitorada	<b>Tema:</b> Política Indigenista / Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas  <b>Ementa:</b> Submete à deliberação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do art. 62 da Constituição, o texto da Medida Provisória nº 1.005, de 30 de setembro de 2020 que “Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas”.  <b>Resumo:</b> Submete à deliberação dos membros do Congresso Nacional, nos termos do art. 62 da Constituição, o texto da Medida Provisória nº 1.005, de 30 de setembro de 2020 que “Dispõe sobre o estabelecimento de barreiras sanitárias protetivas de áreas indígenas”.  <b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.	<b>Despacho Atual:</b> 06/10/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.  <b>Situação Atual:</b> 06/10/2020 - PLEN / Situação não informada / Relator não informado / Parecer não informado  <b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados



<p><b>VET 52/2020 - SENADO</b></p> <p>Presidência da República</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária</p>	<p><b>Tema:</b> Jurídico - Trânsito / Modifica a composição do Conselho Nacional de Trânsito e amplia o prazo de validade das habilitações</p> <p><b>Ementa:</b> Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências".</p> <p><b>Resumo:</b> Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei nº 3.267, de 2019, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências".</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 14/10/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 14/10/2020 - MESA - SF / Situação não informada / Relator não informado / Publicada no DOU de 14/10/2020 (pag. 11) a Mensagem nº 588 de 2020, comunicando o Veto (numerado como 52/2020), parcial, aposto ao Projeto de Lei nº 3.267 de 2019.</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Plenário</p>
<p><b>PL 4372/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Crítica</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Regulamentação do FUNDEB</p> <p><b>Ementa:</b> Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.</p> <p><b>Resumo:</b> Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; e dá outras providências.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 29/10/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 29/10/2020 - MESA - CD / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Dep. A Designar (/) / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados</p>
<p><b>PL 5093/2020 - CÂMARA DOS DEPUTADOS</b></p> <p>André Figueiredo (PDT/CE)</p> <p><b>Categoria da Proposição:</b> Prioritária</p>	<p><b>Tema:</b> Educação / Educação Especial</p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre o sistema educacional inclusivo. (Teor atualizado no registro da proposição).</p> <p><b>Resumo:</b> Assegura um sistema educacional inclusivo, em todos os níveis de ensino, nas redes pública e privada, aos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.</p> <p><b>Último Posicionamento:</b> Posicionamento não definido.</p>	<p><b>Despacho Atual:</b> 04/11/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.</p> <p><b>Situação Atual:</b> 04/11/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado</p> <p><b>Próximos Passos:</b> Mesa Diretora da Câmara dos Deputados</p>



**PDL 472/2020 -  
CÂMARA DOS  
DEPUTADOS**

Talíria Petrone (PSOL/RJ)

**Categoria da Proposição:**  
Monitorada

**Tema:** Administração Pública / Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil

**Ementa:** Susta os efeitos do disposto no item 5.3.5, constante do Anexo do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.

**Resumo:** Susta os efeitos do disposto no item 5.3.5, constante do Anexo do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, que Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031.

**Último Posicionamento:**  
Posicionamento não definido.

**Despacho Atual:** 04/11/2020 - Comissões não informadas - Regime de tramitação não informado - Apreciação não informada.

**Situação Atual:** 04/11/2020 - PLEN / Aguardando despacho da Mesa Diretora / Relator não informado / Parecer não informado

**Próximos Passos:** Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

